

MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

Uma Leitura sobre as Ordens Religioso- Militares a partir de duas crônicas quinhentistas

Dissertação escrita de acordo com as normas do Português Brasileiro

Ana Eliza Junqueira Lopes

M

2021



Ana Eliza Junqueira Lopes

Uma Leitura sobre as Ordens Religioso- Militares a partir de duas crônicas quinhentistas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pela
Professora Doutora Paula Pinto Costa.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Ana Eliza Junqueira Lopes

Uma Leitura sobre as Ordens Religioso- Militares a partir de duas crônicas quinhentistas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pela Professora Doutora Paula Pinto Costa.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A todos que não soltaram a minha mão

SUMÁRIO

Agradecimento	8
Introdução	14
Estado da Arte	17
Capítulo 1 – Dois autores quinhentistas: percursos e contextos.....	22
1.1 Duarte Nunes de Leão (ca.1530-1608) – notas biográficas	24
1.2 Frei Jerónimo Román (ca.1536-1597) – notas biográficas	27
Capítulo 2 – As Ordens Religioso-Militares no contexto de duas crónicas	29
2.1 Primeira Parte das <i>Chronicas dos Reis de Portugal</i> – uma breve análise	29
2.1.1 Estrutura da Obra	37
2.1.2 Contextos, episódios e personagens focados pelo cronista	38
2.2 <i>História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis</i>	42
2.2.1 Estrutura e conteúdo da Obra	43
Capítulo 3 – Lógicas de escrita sobre as Ordens Militares: uma análise comparada.....	53
Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas	76

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho/tese/dissertação/relatório/ é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 28/09/2021

Ana Eliza Junqueira Lopes

Agradecimentos

Certa vez Christopher McCandless, ou Alexander Supertramp, como é mais conhecido, escreveu que a felicidade só é real quando compartilhada. Sim, ter com quem compartilhar as alegrias e as tristezas é uma dádiva que devemos ser gratos em todos os instantes da vida. Sendo assim eu me sinto extremamente abençoada por estar cercada de pessoas que merecem toda a minha gratidão e todo meu amor.

Em primeiro lugar o meu agradecimento vai para a minha mãe. Mulher forte que me criou sozinha, que fez e faz de tudo pela minha felicidade, dona de um amor sem igual e a quem eu admiro mais que qualquer pessoa no mundo. Tudo que eu faço é para que ela se orgulhe, para que eu possa ser quem ela sonhou que eu fosse, para que possa dar alegrias a ela. Parafraseando Maria Gadú e certa dessa afirmação, “de todo o amor que eu tenho, metade foi ela que me deu. Salvando minha alma da vida, sorrindo e fazendo o meu eu.”

A toda a minha família, que sempre me deu força para seguir os meus sonhos, que vibram com as minhas vitórias e que me consolam nas derrotas. As minhas tias e tios, aos primos e primas, aos meus pequenos Cecília, Helena e Sávio que com a inocência e a simplicidade de criança deixam minha vida mais leve. Em especial ao Beto, que divide a vida comigo nessa aventura que resolvemos viver em terras lusitanas e que hoje chamamos de casa. Oficialmente somos primos, mas no meu coração é meu irmão, meu porto seguro, meu ombro pra chorar e a risada que mais amo dividir.

Aos amigos, esses que como diria Mário Quintana são os nossos chatos preferidos. Aos amigos e colegas de FLUP que dividiram comigo toda a ansiedade, as angústias e as alegrias proporcionadas pelo mestrado: Ana Margarida, Catarina, Diana, Fátima, Janne, João, Renata, Raquel e Rui. Obrigada por terem me recebido com tanto carinho nessa jornada insana que é a vida acadêmica. Ainda nos amigos, que graças a Deus tenho vários, agradeço os que ficaram no Brasil, mas que não há oceano que nos distancie, eles que ouviram minhas lamúrias, que dividiram meus momentos felizes mesmo longe, que me ajudaram de alguma forma nesse caminho que resolvi traçar longe de casa. Judi, Fillipe, Gabriel, Lilis, Betinha, Tainá, Lohana, Taty e tantos outros que peço desculpas por não os citar.

E para encerrar essa parte dos amigos, aqui deposito todo o meu amor e agradecimento aos amigos que fiz em Portugal. Amigos que se tornaram família, que nesse momento tão difícil que todos vivemos me fizeram sorrir, me fizeram ter esperanças, me deram amor e espero que eu tenha retribuído de alguma forma. A vocês eu devo muito, estejam certos que o que vivemos aqui nunca sairá do meu coração. Obrigada Alana, Alexandre, Bruno, Camila, Carol Gandra, Carol Goldstein (juntas da UFRJ para o mundo), Eric, João, Jucyara, Ligia, Leoni, Lucas, Maria, Mariana, Marina Ferreira, Nina Sampaio, Nicolau, Rodrigo, Silvia e tantos outros que cruzaram meu caminho nesses dois anos.

E por fim, mas não menos importante, aos meus professores. Professores desde o jardim de infância que me ensinaram o poder do conhecimento e que o saber muda pessoas e pessoas mudam o mundo. Em especial a minha orientadora, professora Doutora Paula Pinto, que sempre esteve disponível para qualquer dúvida que eu tivesse, que me orientou com o maior carinho e com a maior dedicação, ela que foi a responsável por aumentar o meu encanto com as Ordens Militares, encanto esse que nunca tinha passado de alguns livros e filmes, hoje é o tema principal da minha dissertação de mestrado. À senhora, toda minha gratidão! E aos meus mestres, todo o carinho!

Obrigada!

Resumo

O seguinte trabalho tem como objetivo analisar as duas obras quinhentistas, *Chronicas dos Reis de Portugal*, do cronista português Duarte Nunes de Leão e *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, do religioso espanhol Fr. Jerónimo Román, e perceber como se dão as menções em relação as Ordens Religioso-Militares.

Enquanto a obra do cronista lusitano se trata de uma crônica régia, que tem como finalidade contar a história dos reis de Portugal, o frei espanhol se dedica a escrever sobre as três milícias religiosas dentro do reino português. O nosso objetivo é observar e analisar como as Ordens Militares são retratadas em ambas as obras e o que elas significam perante o momento histórico vivido pelos dois autores.

Palavras-chave: ordens militares, Duarte Nunes de Leão, Jerónimo Román, crônica

Abstract

The following work aims to analyze the two sixteenth-century texts, *Chronicas dos Reis de Portugal* by the Portuguese chronicler, Duarte Nunes de Leão and *History of the Inclines Cavalries of Christ, Santiago and Avis*, by the Spanish religious, Fr. Jerónimo Román and understand how the mentions are given with the Religious-Military Orders. While the work of the Portuguese chronicler is a royal chronicle, which aims to tell the story of the kings of Portugal, the Spanish friar aims at writing about the three religious militias within the Portuguese kingdom. Our goal is to observe and analyze how the Military Orders are portrayed in both texts and what they mean in the view of the historical moment experienced by these two authors.

Key-words: military orders, Duarte Nunes de Leão, Jerónimo Román, chronicle

Índice de Tabelas

Tabela 1: Menções às Ordens Militares no Texto de Duarte Nunes de Leão	32
Tabela 2: Acontecimentos abordados por Duarte Nunes de Leão	33 - 36
Tabela 3: Número de páginas dedicadas a cada Ordem na obra "História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis"	44
Tabela 4: Organização temática feita por Fr. Jerónimo Román	66

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

GEPB..... GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

AD ANÁLISE DO DISCURSO

INTRODUÇÃO

“Depois que os homens determinadamente conheceram que por si mesmos não poderiam durar, buscaram certas maneiras de semelhança para que fossem aos presentes em certo conhecimento [...] qual é mais segura sepultura para qualquer príncipe ou varão virtuoso que a escrita que representa o claro conhecimento de suas obras passadas?”¹

E a partir da frase acima apresentamos o seguinte trabalho acadêmico que tem como objetivo aprofundar o estudo das Ordens Religioso-Militares através da análise e comparação de duas obras cronísticas de autores diferentes e contemporâneos entre si. As obras referidas são *Chronicas dos Reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, e *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* de Fr. Jerónimo Román.

As duas obras estudadas de ambos os autores quinhentistas foram encomendadas pelo então Rei de Portugal, Felipe II da Espanha, ou como era chamado em terras lusitanas, Felipe I de Portugal. Ou seja, período esse que Portugal estava sobre domínio espanhol. Enquanto a crônica de Román é focada nas três Ordens Militares que dão nome ao título (Cristo, Santiago e Avis), a de Nunes de Leão é uma crônica régia, que tem como objetivo apresentar os monarcas passados. Pese embora estas diferenças entre os dois textos, ambos tiveram uma profunda ligação à monarquia. As crônicas régias eram uma das principais formas de ordenamento do discurso real e segundo o cronista Rui Pina estavam orientadas para o proveito do corpo e boa governança da vida e inteira salvação da alma².

Toda sociedade produz um discurso, seja ele oral ou escrito, que é ao mesmo tempo controlado, selecionado, organizado e distribuído com o intuito de conjurar poderes ou ainda dominar acontecimentos³. Com esse pensamento do filósofo francês é possível perceber que discurso nenhum é indiferente ou alheio a algo, tudo serve a um propósito. A partir disso, como veremos mais para frente, toda obra encomendada pelo rei servia a um objetivo político que esse tinha.

É notório que os reis medievais se colocavam como representantes de Deus na Terra e tal interpretação do poder celestial e régio continuou enraizado na cultura

¹ ZURARA, 1915, cap. 38 e 104.

² Citado a partir de TEODORO, 2012, p. 57.

³ FOUCAULT, 1996, pp. 8 – 9.

européia até o século XVII, segundo o filósofo Benedictus de Espinosa (1632 – 1677), perpassando ao longo do tempo em que as duas crônicas em estudo foram produzidas. As pessoas mais simples entendiam que o poder de Deus e o direito sobre tudo que Ele detém também se aplicavam aos monarcas. Mas as semelhanças com o medievo acabam aí. Ao contrário da cultura medieval que acreditava que o rei era personificação de Deus, as pessoas que viviam na Europa dos séculos XVI e XVII já não tinham uma visão tão exclusiva em relação a essa questão, não existindo a busca de representar o divino em algo humano, pelo que era sua conduta moral que devia reger o governador⁴.

As crônicas em geral não partiam do princípio da originalidade, elas se baseavam em outros relatos, em documentação sobre o período e/ou sobre quem ou o que estavam escrevendo. Era necessário ter fontes de pesquisa e investigações para compilar informações dentro de uma única obra, podendo essas referências serem confiáveis ou não. O narrar significava reescrever⁵.

Com esta dissertação de mestrado pretendemos analisar as obras – *Chronicas dos Reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão e a *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* de Fr. Jerónimo Román – e a partir dessas análises estabelecer uma comparação entre elas, comparação essa que não se limita apenas ao enredo literário ou histórico, mas aos autores à forma como ambos escrevem suas respectivas obras. Começaremos por sistematizar os dados biográficos dos autores e em seguida apresentaremos as obras a serem estudadas a partir de suas características próprias e suas estruturas. Por fim, será apresentado uma análise comparada das duas obras e se/ou como elas podem se completar a partir de um ponto de vista histórico.

Ainda que existam diversos estudos sobre as mais diversas obras dos dois autores, ninguém nunca os comparou, ou seja, esse é um trabalho novo no plano historiográfico. O que quer dizer que os dois autores nunca foram colocados lado a lado com a intenção de compará-los a partir de um tempo em comum e analisar como cada um deles comporta e apresenta as Ordens Religiosa Militares.

⁴ MÉRCURI, 2013, pp. 17-18.

⁵ MICHELAN, 2009, p. 269.

Tal estudo pode ser interessante e trazer novas perspectivas de um ponto de vista da história e da literatura comparada, apresentando questões até então nunca antes pensadas. Analisar diferentes perspectivas sobre um mesmo tempo é iluminador dentro da área da investigação, e esse foi um dos motivos da escolha do tema desse trabalho, além de ser uma pesquisa inovadora que apresenta uma bibliografia restrita.

A forte relação entre a história e a literatura é que carrega a escolha do tema desse trabalho, uma vez que a comparação entre as duas obras se faz necessária para analisarmos como cada autor vê e descreve as Ordens Militares. O fato de haver pouca bibliografia é um ponto desafiador, tendo em vista que a pesquisa, muitas vezes, parece não se desenvolver fluidamente, contudo a recompensa em alcançar o objetivo é extremamente satisfatória.

O fascínio que as Ordens Religiosa Militares causam foi decisivo na escolha do tema desse trabalho. Existem diversos livros, filmes e séries que trazem as ordens em primeiro plano, mas como Hollywood não é conhecida por seu apego aos fatos históricos, melhor saída, ao meu ver, para conhecer tais instituições seria observar as pessoas contemporâneas e como elas se posicionavam frente às ordens.

ESTADO DA ARTE

“O amor jamais acaba; mas havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá.”

São Paulo em carta aos Coríntios

A crônica como a conhecemos hoje tem um sentido muito diferente da crônica escrita durante as Idades Média e Moderna. A crônica atual é um comentário redigido que faz referência ao cotidiano, atribui opiniões sobre algo, porém não nos passa informações. Pode ser uma forma de narrar situações, como uma partida esportiva.

Em tempos medievais, a crônica tinha uma função histórica e informativa, narrava fatos históricos, seguindo, por tendência, a ordem cronológica de cada acontecimento. Este objetivo nem sempre era fácil de concretizar, pois os cronistas falavam de episódios distantes no tempo e dos quais nem sempre tinham bases documentais completamente seguras. A crônica régia era encomendada pela coroa, regra geral pelos próprios reis, a um cronista para que esse deixasse registrados os feitos monárquicos e sociais num espectro geral, para que os próximos reis se espelhassem e buscassem sempre melhorar a sua ação, tendo essas narrativas como base⁶. A falta de dados históricos, a incapacidade de os interpretarem e as circunstâncias políticas resultantes dos objetivos da entidade que encomendava a obra eram condicionalismos muito fortes na concepção e redação desses textos.

A busca pela afirmação da escrita, enquanto instrumento de governo e de poder, fez com que a realeza portuguesa criasse um cargo para aquele que escrevia a crônica. Sendo assim, no ano de 1434 foi criado o estatuto de Cronista Régio, que tinha como função juntar a escrita dos fatos históricos com o poder régio⁷.

A escrita sempre foi - assim como é até hoje - uma forma de afirmação de autoridade, pois além de ser uma garantia perpétua da existência dos monarcas, pelo menos no plano memorialístico, era um meio de garantir que a mensagem que queriam passar era capaz de chegar em todos os lugares, o que acabava por perpetuar

⁶ MÉRCURI, 2013, p. 31.

⁷ TAVANI; LANCIANI, 1993, p. 174.

o poder cada vez mais longe. Com base nestas afirmações, é impossível não pensarmos em Foucault, quando se fala em poder e linguagem. Para o pensador francês, o discurso - tanto escrito quando falado – é muito mais que uma ferramenta na luta pelo poder, é em si o próprio poder⁸, ou seja, a língua, a escrita ou mesmo o discurso oral, transmite e afirma a posição de poder. Já para o filósofo Martin Heidegger⁹, a linguagem é responsável por criar um mundo, ela permite uma ampliação consciente do universo particular de cada um.

A sociedade depende da linguagem para viver. É ela o maior e mais importante recurso para que o homem caminhe e alcance os desejos da vida, afirmando a sua singularidade. A nossa fala descreve nossas ações e nos torna indivíduos livres. O uso das palavras é capaz de erguer e derrubar líderes, é capaz de dar poder a quem nada tem, é capaz de ferir tão profundamente quanto uma espada, é capaz de causar os melhores e trazer à tona os piores sentimentos. É a língua que rege e descreve o mundo. Há quem diga que “é através da linguagem que criamos o mundo, porque ele não é nada até que o descrevemos. E quando nós o descrevemos, criamos distinções que governam as nossas ações. Dito de outra forma, a linguagem não descreve o mundo que vemos, mas vemos o mundo que descrevemos”¹⁰.

Os autores citados fazem reflexões transversais a todos os tempos. Não é possível recusar os princípios enunciados quando pensamos no poder atribuído à escrita na Idade Média. Nos finais deste período, já apontavam ideias de perfil renascentista e a sabedoria e a ciência passaram a ganhar espaço no âmbito medieval. O conhecimento passou a ser algo importante e valorizado, o que pode ser visto também a partir das crônicas escritas, que tinham como ideia servir de base histórica para príncipes e reis do presente e do futuro. Nesta ambiência e com estes objetivos, começaram a realizar cada vez mais obras históricas, jurídicas e literárias, pois seriam nesses escritos que buscariam respostas para questões presentes e afirmação do poder que exerciam.

⁸ FOUCAULT, 1996, p. 7.

⁹ Disponível na Internet: <http://www.academia.org.br/artigos/heidegger-e-linguagem>. [consult 2020-06-13 20:45:13].

¹⁰ Disponível na Internet https://www.psicologia.pt/artigos/ver_carreira.php?o-poder-da-linguagem&id=262 [consult 2020-12-03 17:13:11].

A sabedoria era algo que já havia sido defendido por homens da Igreja, como Santo Agostinho, que em *Solilóquios* apresentou o conhecimento como uma forma de alcançar a salvação. Na sua opinião, para isso acontecer era necessário conhecer o passado para tomar decisões prudentes no presente¹¹. Ou seja, nesta ótica conhecer o pretérito é uma forma de não cometer os mesmos erros e ainda, de certa forma, de se aproximar de Deus.

As dinastias Ibéricas estão entre as que mais criaram conteúdos escritos dentro da Europa Ocidental. Para esses monarcas, a escrita era de suma importância na constituição de um poder real. O primeiro monarca português teve uma consciência apurada desta situação e foi favorecido pelo desenvolvimento de uma linha de escrita cronística no contexto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como as *Crônicas Breves e Memórias Avulsas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, texto esse mais assumidamente histórico que traz informações desde a fundação do mosteiro por D. Afonso Henriques¹². Por outro lado, a historiografia castelhana teve forte influência no início da cronística portuguesa, com a *Primeira Crônica Geral de Espanha* de Afonso X. Durante o século XIII, Portugal buscou material para que pudesse escrever sobre a reconquista peninsular e com isso iniciar uma tradição escrita nessa matéria. Porém, a cronística portuguesa régia só começou a se formar e a adquirir consistência, de fato, a partir do século XIV¹³.

Com o tempo, como já foi dito acima, a cronística portuguesa passou a ser uma das mais importantes da Europa Ocidental. A monarquia fez com que a arte escrita fosse de grande importância para as relações de poder, e isso rende até aos dias atuais com pesquisas e investigações a partir das obras escritas durante os anos da Idade Média.

Nenhum dos dois autores aqui estudados é alvo de grandes investigações, podendo até encontrar-se uma certa dificuldade em angariar bibliografia para a seguinte pesquisa. Os autores que fornecem alguns elementos sobre os seus percursos biográficos são: o espanhol Nicolás António, primeiro biógrafo a mencionar Duarte

¹¹ Solilóquios: A vida feliz; Santo Agostinho, 1996, pp. 25-26.

¹² TEODORO, 2009, p. 2.

¹³ TAVANI; LANCIANI, 1993, p. 173.

Nunes de Leão em uma obra¹⁴. Há também Diogo Barbosa Machado, que apresenta informações mais detalhadas que o escritor espanhol¹⁵. Há ainda o biógrafo oitocentista, Inocêncio Francisco da Silva que se limita a citar informações já fornecidas pelos autores anteriores¹⁶. É importante mencionar que Silva opta por grafias diferentes para se referir ao cronista português, sendo elas a original Nunes de Leão e a outra Nunes do Leão. Algumas enciclopédias brasileiras como *A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e *Verbo: Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura* (originalmente editado em 1945), trazem uma biografia do cronista, um pouco mais detalhada que as anteriores, e por fim o historiador lisboeta, Orlando Gama, menciona Duarte Nunes de Leão em seu artigo, como veremos mais à frente no capítulo sobre o autor¹⁷.

A obra mais estudada de Duarte Nunes de Leão é a *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576), essa sim muito referenciada em investigações, principalmente em países que têm a língua portuguesa como língua oficial. As *Chronicas dos Reis de Portugal* (1600) aparece em menções superficiais sem muito aprofundamento acerca de seu conteúdo. A Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, através do seu Centro de Letras, tem um livro intitulado *A Orthographia da Lingoa Portvgvesa (1576) de Duarte Nunes de Leão: Estudo introdutório e edição*, e é essa obra que foi majoritariamente usada na composição do perfil do autor nesse trabalho. Ela apresenta uma edição muito completa sobre a bibliografia de Leão, reunindo autores de várias épocas afim de firmar um perfil para o cronista quinhentista. Além do perfil e do estudo da obra que dá nome ao título, os autores, - Carlos Assunção, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes e Teresa Moura (2019) - também se dedicam a explicar um pouco de cada gênero desenvolvido por Nunes de Leão.

A obra de Jerónimo Román padece do mesmo problema que a de Leão. Há poucas análises e estudos sobre ela. A edição utilizada nesse trabalho - *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10. Porto: CEPESE/Civilização Editora, 2008. - é a única disponível para estudiosos da área, o que a torna de extrema importância para

¹⁴ ANTÓNIO, 1788.

¹⁵ MACHADO, 1741.

¹⁶ SILVA, 1859.

¹⁷ GAMA, 2002.

qualquer historiador medievalista. Este é também o mais antigo relato sobre as três Ordens referidas presentes em solo português, o que acaba tornando essa obra um objeto de referência para estudiosos desse tema. Logo, o estudo dessa obra, assim como a anterior apresentada, traz desafios ao pesquisador, justamente pela escassez de bibliografia. Porém a edição da *Militarium Ordinum Analecta* apresenta diversos caminhos que são possíveis percorrer em busca de respostas.

A interdisciplinaridade se faz necessária nesse trabalho, uma vez que visa a análise comparada de duas obras históricas. Além disso a análise é feita a partir de uma teoria linguística, relativamente nova, chamada Análise do Discurso, que por sua vez se utiliza também da questão histórica, assim como da filosofia para analisar, principalmente textos de origem políticos. Ou seja, para a confecção desse estudo é necessário unirmos literatura, história e linguística para chegarmos a uma conclusão.

Para isso foi necessário o estudo de autores diversos dentro dessas áreas, tais como Michel Foucault - estudioso francês que viveu entre os anos de 1926 e 1984, sendo um dos principais pensadores do séc. XX. - Michel Pêcheux - Filósofo francês responsável por fundar o fundamento linguístico conhecido com Análise do Discurso -, Norman Fairclough - linguista britânico pioneiro nos estudos em Análise do Discurso. - e até mesmo o estudioso da psicanálise Jacques Lacan, dentro da área da linguística. No ramo da história duas biografias régias publicadas pelos Círculo de Leitores foram úteis na percepção do momento histórico vivido por Duarte Nunes de Leão e Fr. Jerónimo Román. As obras de Amélia Polónia e Fernando Bouza sobre os reis D. Henrique (POLÓNIA, 2005) e D. Felipe I de Portugal (BOUZA, 2005), respectivamente, foram muito consultadas, assim como estudos de Maria Fernanda Olival sobre as Ordens Militares. Outra obra importante no ramo histórico que foi muito usada na pesquisa desse trabalho foi *Sábios e Sagrados: os reis ibéricos e seus cronistas* de Danielle Oliveira Mércuri (2013), que funcionou como um guia para o que propúnhamos fazer no início dessa investigação.

Capítulo 1 – Dois autores quinhentistas: percursos e contextos

Os autores estudados no atual trabalho são contemporâneos entre si. Tanto Nunes de Leão quanto Jerónimo Román viveram no século XVI, um período em que a Europa passava por diversas mudanças de fundo em relação aos séculos anteriores. Foi um período de reformas e de avanços científicos em todas as áreas do conhecimento e que marcaram o período transitório entre a Idade Média e a Idade Moderna.

Durante o século XVI surgiram grandes artistas como Da Vinci e Michelangelo, cientistas como Galileu Galilei, e foi nesse período que Martinho Lutero publicou em 1517 as Noventa e Cinco Teses. A partir disso inicia-se uma reforma contra a Igreja Católica, intitulada de Reforma Protestante. Tal iniciativa difere um grande golpe à autoridade do Papa e da Igreja como um todo. A Idade Moderna aparece como um tempo totalmente renovado e, de certa forma, purificado devido à ideia do Renascimento¹⁸ por contraposição ao medievo.

Em linhas muito gerais, foi nesse século que a civilização ocidental se transformou e se impôs em moldes diferentes. Um período marcado também por “descobrimientos” de novos mundos através da expansão marítima, o que gerou um imperialismo europeu em todo o globo. Além, claro de grandes avanços nas ciências. A corrida marítima gerou também uma corrida mercantilista, que acabou ocasionando guerras dentro do continente europeu por matérias-primas para fabricação e bens de consumo.

Outra mudança importante que chegou entre os séculos XV e XVI foi a invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutemberg, que teve um papel fundamental no desenvolvimento da Renascença e na revolução científica que ganharia força no século XVI. Os textos manuscritos, até então os veículos de divulgação das obras, sem dúvida tiveram grande importância na divulgação da palavra da escrita¹⁹. Porém com o desenvolvimento da imprensa de tipos móveis, as obras, os anúncios, os avisos e o que mais fosse em forma escrita chegariam em mais lugares e levariam mais pessoas à leitura, pois até então os livros eram artigos de luxo e não um veículo do saber.

¹⁸ LOPES, 2019, p. 10.

¹⁹ MICHELAN, 2009, p. 270.

Cobravam-se altos preços pelos fascículos “de forma que só as instituições poderosas ou altas personalidades logravam organizar livrarias”²⁰. Logo, a invenção da imprensa veio para facilitar a circulação da palavra como também baratear o custo do livro, sendo possível chegar às mãos de pessoas mais humildes.

Em relação a Portugal, a Coroa tinha cada vez mais poder sobre os assuntos gerais do reino, tendo em conta o desenvolvimento dos instrumentos governativos e administrativos. Durante esse período, Portugal e Espanha se mantiveram no topo, como países ricos e desenvolvidos, e como o Renascimento trouxe uma intelectualização e uma ode à cultura como um todo, os reis Ibéricos, principalmente, achavam de grande importância manter registrado os acontecimentos através de crônicas, para que essas servissem de exemplo aos futuros reis e também para que fossem lembrados na história. A exemplo do que foi dito, podemos pensar em crônicas tais como as crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, escritas pelo cronista português do século XV, Fernão Lopes, tal como consta na *História da literatura portuguesa*²¹.

Portugal se tornou uma grande potência no século XVI graças às navegações, fazendo com que o Estado estivesse amplamente envolvido com as questões dos “descobrimientos”. Com todo esse envolvimento houve um grande avanço dentro da ciência portuguesa, pois as navegações possibilitaram o estudo de avanços até então desconhecidos dos intelectuais, tais como a astronomia e geografia²².

Na perspectiva política, a relação entre Portugal e Espanha se tornou ainda mais próxima, uma vez que com a morte repentina de D. Sebastião, o reino entrou em uma crise sucessória que se seguiu após o curto reinado de D. Henrique, que durou apenas 17 meses²³ e assim como o rei anterior, também partiu sem deixar herdeiros. Com isso muitos passaram a reivindicar o trono Português, sendo os Habsburgos os mais sedentos pela coroa lusitana. Nesta sequência, foi coroado como Rei de Portugal o então Cardeal Infante D. Henrique – tio-avô de D. Sebastião. O novo reinado foi de curta duração, uma vez que D. Henrique morreu dezoito meses após sua coroação. O

²⁰ SAMPAIO, 1929, p. 29.

²¹ LOPES; SARAIVA, 1982.

²² BELLINI, 1997, pp. 2 – 6.

²³ POLÓNIA, 2005, p. 194.

então Rei partiu sem deixar descendentes, já que foi impedido pela Igreja de quebrar seus votos religiosos²⁴. Com isso uma disputa se instaurou pelo poder sobre as terras Portuguesas²⁵.

Filipe II, rei de Castela, enviou a Portugal o Duque de Alba, um homem de sua confiança, para que tomasse o trono português pelo meio da força, derrotando em batalha o sobrinho de D. Henrique, Prior de Crato. Nesta sequência, D. Filipe se tornou o décimo oitavo rei de Portugal no ano de 1581, reinado esse que durou até sua morte em 1598. D. Filipe – agora também chamado de I de Portugal – procurou não intervir na política interna portuguesa, entregando a regência do reino nas mãos do Duque de Alba. Com essa junção a Península Ibérica ficaria cada vez mais protegida e Filipe mais poderoso²⁶.

O novo rei era um monarca amigo das artes e tinha uma paixão especial pela escrita, sendo ele mesmo autor de algumas obras. Filipe acreditava que as letras poderiam levar suas palavras longe, onde ele mesmo não conseguiria estar, aumentando assim seu prestígio com o povo, e conseqüentemente seu poder entre a plebe²⁷.

As obras estudadas neste trabalho foram encomendadas por D. Filipe I de Portugal com o intuito de informar e de firmar sua figura na história para sempre. A compilação dos dados biográficos dos seus autores ajuda a perceber melhor a natureza do discurso que ambos nos legaram.

1.1 Duarte Nunes de Leão (ca.1530-1608) – uma breve nota biográfica

Duarte Nunes de Leão, jurista, linguista e historiador português, de origem judaica, nasceu em Évora, no ano de 1530²⁸, e morreu em Lisboa, em 1608²⁹. Formou-se em Direito Civil e desempenhou mais tarde o cargo de desembargador na Casa da Suplicação³⁰. Defendeu a anexação de Portugal por Castela, mas foi depois mal

²⁴ O Papa Gregório XII negou o pedido de D. Henrique para abdicar de seus votos. O Santo Padre era da família dos Habsburgos, que tinha grande interesse no reino português.

²⁵ POLÓNIA, 2005, p. 205 -215.

²⁶ BOUZA, 2005, p.42.

²⁷ BOUZA, 2005, p.264.

²⁸ *GEPB* s.d., XIX: 73-74; In: ASSUNÇÃO et al. 2019, p. 10.

²⁹ *GEPB* s.d., XIX: 73-74; In: ASSUNÇÃO et al. 2019, p. 10.

³⁰ Apud ASSUNÇÃO et al. 2019, p. 8.

recompensado pelos governantes filipinos, que lhe moveram ou deixaram mover perseguições, certamente explicáveis pelo antissemitismo corrente na época³¹.

A sua obra cobre fundamentalmente três áreas: o Direito, a História e os estudos linguísticos. No primeiro domínio, publicou diversas coletâneas de documentos. A estes trabalhos parece ter dedicado a década de 1560³². No capítulo da historiografia, deixou-nos algumas interessantes investigações de carácter biográfico e genealógico sobre a casa real portuguesa, e ainda uma *Descrição do Reino de Portugal*³³, que data de 1610, sendo essa uma obra publicada postumamente³⁴. A terceira dimensão da sua obra é porventura a mais relevante. Nunes de Leão publicou estudos pioneiros sobre o nosso idioma e em 1606 publicou a *Origem da Língua Portuguesa*³⁵.

Sabe-se ainda da existência de outros escritos, nomeadamente nos domínios da lexicologia e da etimologia, que, contudo, se perderam³⁶.

A vida do intelectual renascentista Duarte Nunes de Leão é ainda pouco conhecida, principalmente pelos biógrafos contemporâneos ao nosso tempo. Porém, esse fato vem se transformando com o avanço de investigações e pesquisas em torno da obra de tão importante estudioso. Sabe-se que Leão foi um grande homem das letras, atuando em diversas áreas intelectuais, tais como a historiografia, a linguística e a jurídica. Publicou obras de interesse reconhecido em todas as áreas então mencionadas.

É possível encontrar menções a Nunes de Leão em diversas obras biográficas, a exemplo do *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva (1859). No 19º volume da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1945) é

³¹ PALMA; BASTOS, 2017, p. 42.

³² ASSUNÇÃO et al. 2019, p. 14.

³³ *Descripcao do Reino de Portugal*, Per Duarte Nunez do Leao, desembargador da casa da supplicacao, dirigida ao illustrissimo & muito excellente Snor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riuadeo, Presidente do conselho da coroa de Portugal, Em Lisboa: Impresso com licenca, por Iorge Rodriguez, 1606, em: <http://purl.pt/12393> [consultado em: 10/09/2021].

³⁴ ASSUNÇÃO et al. 2019, p. 18.

³⁵ Leão, Duarte Nunes de (1606): *Origem da Lingoa Portvgvesa*, Per Dvarte Nunez de Liao, desembargador da casa da svpplicacao, natvral da inclyta cidade de Evora, Dirigida a el Rei Dom Philippe o II de Portugal, nosso Senhor, Em Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, em: <http://purl.pt/50> [consultado em: 10/09/2021]

³⁶ ASSUNÇÃO et.al, 2019.

possível encontrar uma síntese biográfica sobre Duarte Nunes de Leão, tendo como base o texto de biógrafos antigos, como é possível ver abaixo:

Leão (Duarte Nunes de) – Jurista, linguista e historiador port. (Évora, c. 1530- Lisboa, 1608). Filho do judeu João Nunes, prof. de Med., licenciou-se em Dir. Civ., em Coimbra, e foi desembargador da Casa da Suplicação. Defendeu calorosamente os dirs. de Castela à Coroa de Portugal sem que com isso tirasse grande proveito (naturalmente pela sua origem judaica), como se deduz do "Memorial e relação dos serviços para o valido d'elrei Filippe" (publicado em O Instituto, XI, Coimbra, 1862, 165-167). Excelente prosador, a sua obra mais válida é a do pioneiro em estudos ortográficos ao procurar "descobrir as fontes dos vocábulos de que usam os Portugueses para que não sòmente falassem com pureza, mas escrevessem com pontuação" (Barbosa Machado) e a sua curiosa monografia sobre Portugal "em que se tracta da sua origem, producções, das plantas, mineraes e fructos, com uma breve noticia de alguns heroes e tambem heroínas, que se fizeram distinctos por suas virtudes e valor" (segundo a 2.ª ed., de 1785) (Oliveira 1971, XI: cols. 1602-1603).

O primeiro biógrafo a mencionar Duarte Nunes de Leão terá sido o jesuíta espanhol Nicolás António na obra *Bibliotheca Hispanica*, ainda meados do século XVII³⁷. Essa obra se encontra escrita em latim, bem ao gosto de um eclesiástico erudito desse tempo.

No século XX, alguns autores trouxeram a vida de Nunes de Leão de volta aos livros. No 19º volume da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, é possível encontrar uma breve passagem bibliográfica, que acabámos de reproduzir. O último biógrafo a mencionar Duarte Nunes de Leão, foi Orlando Gama, um historiador que apresenta uma breve biografia do cronista em seu artigo *Duarte Nunes do Leão: elementos para uma Biografia* (2002) e na parte biográfica, o autor traz as informações

³⁷ ASSUNÇÃO et al, 2019, p. 7.

de biógrafos antigos como os mencionados anteriormente com outros detalhes pesquisados por ele em fontes distintas, tais como a Torre do Tombo³⁸.

1.2 Frei Jerónimo Román (ca.1536-1597) - uma breve resenha biográfica

Jerónimo Román foi um cronista espanhol do final do século XVI. Acredita-se que tenha nascido no ano de 1536 e que tenha morrido em 1597. Era frade da Ordem de Santo Agostinho e terá permanecido em Portugal durante alguns anos, nomeadamente na década de sessenta e, mais tarde, na década de oitenta, quando da aclamação de Filipe II como rei de Portugal nas Cortes de Tomar. Residiu no Convento da Graça em Lisboa, sede da Ordem em que professou. O facto de ter vivido em Portugal permitiu-lhe ter um conhecimento mais aprofundado da história nacional, bem como das fontes sobre as quais mais tarde iria redigir textos fundamentais para a compreensão da história das Ordens Religiosa Militares que fizeram parte da história de Portugal. Escreve, também, outras obras de carácter mais geral onde, no entanto, não faltam referências às Ordens Militares, como é o caso da monumental *Republicas del Mundo* (1575). Durante o período em que residiu em Portugal, o cronista recolheu informações suficientes que lhe permitiu escrever um importante conjunto de obras sobre a vida e a cultura portuguesa³⁹.

Román se consagra à vida religiosa em 1560⁴⁰ e já em 1568⁴¹ há o primeiro registro do frei em terras lusitanas. Após um grande período na Espanha, regressa a Portugal em 1581⁴² para participar nas cortes Tomar para acompanhar a aclamação de Filipe II como rei de Portugal⁴³. Por fim, fixa-se em Portugal entre os anos de 1586⁴⁴ e 1587⁴⁵. Segundo Augusto Cardoso Pinto, Jerónimo Román residia em Lisboa, no convento de Nossa Senhora da Graça, sendo essa sede portuguesa dos Agostinhos⁴⁶. E

³⁸ ASSUNÇÃO et al. 2019, p.13.

³⁹ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Militarum Ordinum Analecta, vol. 10, 2008, p.7.

⁴⁰ SÁNCHEZ FERRA, 1984, p. 310.

⁴¹ PINTO, 1932, p. 7.

⁴² PINTO, 1932, p. 8.

⁴³ BOUZA, 2005, p.67.

⁴⁴ SÁNCHEZ FERRA, 194, p. 312.

⁴⁵ PINTO, 1932, p. 8.

⁴⁶ PINTO, 1932, p. 8.

foi exatamente nessa última estadia que reunira importantes informações que lhe permitiram escrever sobre os aspectos da vida e sociedade portuguesa. O cronista não tinha o português como língua materna, o que pode tê-lo prejudicado na hora de elaborar a obra, uma vez que a maioria - se não todos - dos documentos estavam em português. Ao escrever a crônica em espanhol ele pode acabar por se perder diante das informações apresentadas fora da primeira língua.

Frei Román foi o primeiro historiador a escrever sobre as Ordens Militares em Portugal, dedicando-se exclusivamente aos estudos sobre estas ordens. Foi em sua última estadia em Portugal, onde acabou por se fixar, que reuniu um grande de leque de informações que acabariam por lhe permitir escrever um amplo conjunto de obras, que até hoje são de suma importância na análise e na pesquisa sobre a história das Ordens, entre outros tópicos. Román regressa à Espanha em 1594, vindo a falecer em solo espanhol três anos depois, em 1597.

Jerónimo Román foi o primeiro historiador das Ordens em Portugal, sendo autor de diversas obras sobre o tema⁴⁷. A *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, obra essa que será analisada e comparada mais à frente nesse trabalho, é uma crônica exclusiva sobre as Ordens e sobre o modo como elas se estabeleceram e se desenvolveram em Portugal, o que, de certa forma, vai de encontro com as Crônicas de Nunes de Leão, mencionadas acima.

⁴⁷ LENCART, 2018, p. 24.

Capítulo 2 –Apresentação das obras estudadas

2.1. Primeira Parte das *Chronicas dos Reis de Portugal* – uma breve análise

A obra escrita pelo licenciado Duarte Nunes de Leão (1530 – 1608) traduz-se em crônicas que descrevem a vida dos governantes portugueses, desde o Conde D. Henrique até o Rei Fernando I, foi encomendada pelo então rei de Portugal, D. Felipe I de Portugal, ou Felipe II da Espanha, e acabou sendo publicada no ano de 1600.

O livro é dividido de acordo com os reis, começando pelo Conde D. Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Cada crônica conta a história política, pessoal e social dos reis e dos seus reinados. Trazendo sempre riqueza de detalhes, principalmente em relação à genealogia dos reis e das rainhas consortes.

O autor traz um texto régio que apresenta a vida portuguesa dentro de um contexto político-social e, claro, histórico. Por mais que o autor se foque na árvore genealógica e na vida pessoal dos monarcas, ele não deixa de lado a questão econômica e social do reino, que durante todos esses 297 anos da história de Portugal retratada nessa obra, passou por diversos momentos tanto de glória quanto de crise.

Ele traz também a relação de todos os reis com a Igreja e o poder que essa instituição exercia em relação à política, não só lusitana, mas de toda a Península Ibérica.

As *Chronicas dos Reis de Portugal* nos trazem informações importantes em relação à vida na sociedade medieval e à vida de cada rei e dos seus súditos. A nobreza é sempre abordada, mostrando também como se comportava em relação às medidas políticas tomadas pelo reino e pela Igreja, que, como já foi dito, exercia forte influência no governo. Com tal informação era certo que os nobres buscassem estar infiltrados de alguma forma no governo para que pudessem interferir e garantir seus privilégios.

Tudo isso é citado de alguma forma nos textos de Nunes de Leão, mesmo que não seja de maneira explícita e orgânica. É uma obra de suma importância para se conhecer e se estudar a história portuguesa e toda a sociedade medieval que até hoje desperta grande interesse em diversas pessoas e investigadores.

Como já foi dito acima, a obra é dividida de acordo com os reis, começando no Conde D. Henrique, que não foi rei de Portugal, mas é tido como o fundador do reino de Portugal⁴⁸, e terminando em D. Fernando I, trazendo todo e qualquer tipo de informação pessoal e política sobre o governo de cada monarca português. Sendo assim, era inevitável não falar sobre algumas Ordens Religiosa Militares e sobre a sua atuação em território português, pois como é possível percebermos durante pela leitura da obra, que estas ordens mantinham uma relação muito próxima com muitos reis e com a história do reino. A título de exemplo, em seu testamento, D. Sancho I deixou ouro e dinheiro ao Templo e ao Hospital⁴⁹. Também nestas obras se guarda memória das grandes doações régias feitas em benefício destas instituições em perfeita sintonia com o papel que desempenharam na história de Portugal. Como exemplo, refira-se à doação de Idanha à Ordem do Templo⁵⁰.

No primeiro capítulo – se assim chamarmos as divisões feitas pelo autor, a partir dos monarcas – o autor apresenta o Conde D. Henrique e como se formou o reino de Portugal a partir de seu casamento com D. Teresa de Castela. O autor dedica-se a tentar entender a genealogia do pai do primeiro rei de Portugal, percorrendo diversos escritos que possam ajudá-lo a desvendar o mistério da linhagem do Conde, como cronistas castelhanos que acreditam que D. Henrique seja de origem Grega⁵¹, ou cronistas húngaros que afirmavam que a descendência do Conde fosse alemã⁵². O autor ainda apresenta opiniões do Bispo de Burgos, D. Afonso de Cartagena e de D. Rodrigo, Bispo de Palencia que acreditavam⁵³ na linhagem espanhola do Conde. Ao trazer o casamento de D. Henrique com Dona Teresa, o autor menciona uma crônica escrita por D. Rodrigo Ximenes, Arcebispo de Toledo, que apresenta Henrique como um francês nascido em Besançon⁵⁴. Enfim, para Leão, há um grande descuido dos historiadores antigos por não conhecerem⁵⁵ ao certo a linhagem de D. Henrique, visto

⁴⁸ LEÃO, 1600, p. 1.

⁴⁹ LEÃO, 1600, p. 66.

⁵⁰ LEÃO, 1600, p. 57.

⁵¹ LEÃO, 1600, p. 3.

⁵² LEÃO, 1600, p. 3.

⁵³ LEÃO, 1600, p. 4.

⁵⁴ LEÃO, 1600, p. 6.

⁵⁵ LEÃO, 1600, p. 1.

que a partir disso acaba por desconhecer a linhagem completa dos futuros reis portugueses.

Ainda nesse início sobre o Conde D. Henrique é mencionado o início de uma “Sacra Milícia”, que tinha como objetivo defender Jerusalém e seus fiéis. Tal milícia tinha o apoio dos reis cristãos e, claro, da Igreja, recebendo ajuda financeira e bélica para sua jornada “sagrada”. O autor deixa clara a devoção de alguns nobres a essa ideia, alguns seguindo as Ordens em batalhas na Terra Santa, até tomarem Jerusalém em 1099⁵⁶.

Leão também faz menções às pessoas que faziam ou que fizeram parte de alguma forma das Ordens, tais como D. Gonçalo Viegas, Mestre da Ordem de Avis⁵⁷, D. Sancho Fernandez, Mestre de Santiago⁵⁸ e tantos outros personagens que fizeram parte das ordens, mencionadas por Leão⁵⁹ em as Crónicas dos Reis de Portugal, e que de alguma forma serviram a Portugal durante o período de quase 290 retratado pelo cronista.

Entre as cinco Ordens Militares citadas pelo autor em sua obra (Templo, Hospital, Santiago, Avis e Cristo), ele acaba por mencionar umas mais que outras, como fica patente nos dados que constam na tabela 1. O motivo não fica claro, mas pode-se pensar que por estar sempre estabelecendo uma relação comum com Castela, a ordem de Santiago acaba por ser mais mencionada afim de mostrar a posição dos personagens apresentados pelo autor. As ordens do Hospital e do Templo são mais citadas no início da obra, ainda no período das cruzadas e o autor acaba por dar um enfoque maior na criação das “sacras milícias”, assim como ele mesmo descreve, e com isso acaba por nos apresentar o Hospital e em seguida o Templo. A Ordem de Avis teve um rei de Portugal como seu Mestre – D. João I – e a partir de sua coroação se assumiu uma nova dinastia em terras lusitanas, o que faz com que o autor viesse a

⁵⁶ “Finalmente tomada per força de armas toda Syria, puserão cerco a cidade de Ierusalem, & a tomarão vltimamente, no anno de M. XCIX. hauendo quatrocentos & oitenta annos que staua em poder dos Mouros.” (LEÃO, 1600, p. 15).

⁵⁷ LEÃO, 1600, p. 57. D. Gonçalo Viegas era filho de D. Egas Moniz, esse último fundador do mosteiro de Paço de Sousa (LEÃO, 1600, p. 32).

⁵⁸ LEÃO, 1600, p. 50. D. Sancho Fernandez foi responsável por acudir o Rei D. Afonso durante o cerco de Santarém em 1181.

⁵⁹ Ver tabela 1.

explicar o trajeto para o acontecimento de tal evento. A Ordem de Cristo, assim como a Ordem de Avis é uma ordem portuguesa, mas ao contrário da Ordem de D. João, a Ordem de Cristo tem toda sua fundação contada e como se tornou a grande milícia que o autor apresenta ser.

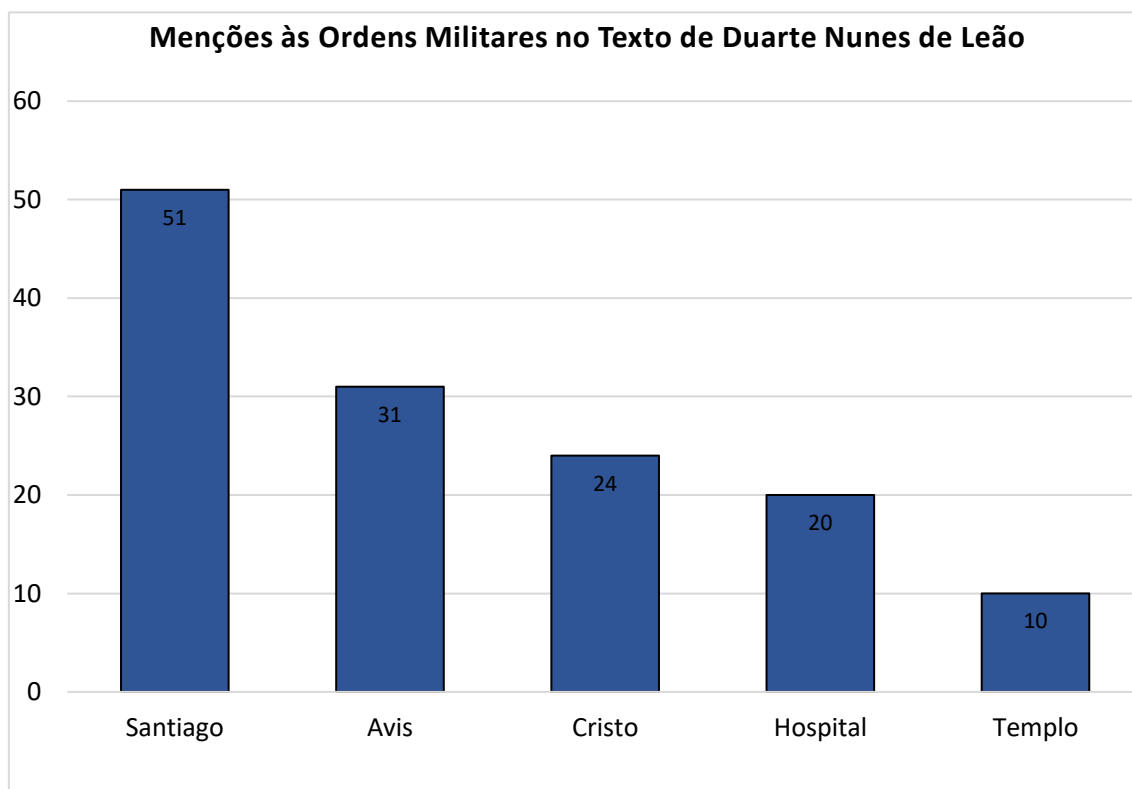


Tabela 1: Menções às Ordens Militares no Texto de Duarte Nunes de Leão

Como a obra fala basicamente sobre os monarcas, o assunto “Ordens Militares” fica muito limitado. Mas, mesmo assim, há um bom conjunto de referências que pode ser estudado e analisado para melhor compreender a relação de Portugal com tais instituições religiosas.

É importante ressaltar que o número de menções não significa relevância em relação as informações fornecidas. Muitas vezes as Ordens são citadas apenas como forma de apresentar uma personagem. Curiosamente, o Templo, que é a Ordem que aparece com menos citações, é aquela que com mais detalhe é referenciada dentro do texto. A Ordem do Templo foi a primeira ordem criada que cruzavam a vida religiosa

com a guerra e que tinha como objetivo proteger a Terra Santa⁶⁰. Sendo essa uma novidade naquilo que se propunha, o autor acaba por contextualizar de forma mais incisiva essa instituição, e o mesmo faz com o Hospital, que ao contrário dos Templários tinham o acolhimento e o cuidado com os peregrinos como missão⁶¹.

A maior parte das menções dão para adjetivar algum personagem histórico e não para falar sobre a Ordem em si. Ao apresentar o cargo de alguém dentro de uma Ordem específica, Duarte Nunes de Leão encontrava uma maneira de demonstrar o poder e prestígio de tal junto ao clero ou mesmo à burguesia.

Há um hiato de 45 anos em que o autor (1217 – 1262), Duarte Nunes de Leão, não menciona nada relevante sobre qualquer Ordem Religiosa Militar. Não fica claro por qual intenção o fez, se por um descuido, ou se por propósito, uma vez que achou que não valeria a pena. Veja na tabela abaixo:

REFERENCIAÇÃO CRONOLÓGICA DO AUTOR	DATA HISTÓRICA	ACONTENCIMENTOS	PERSONAGENS DAS ORDENS	CAPÍTULO	PÁGINA(s)
1095		Criação de uma Sacra Milícia	Bispo de Puys e Guilherme, Bispo de Orange	Crônica do Conde D. Henrique	14
1099	1009	Tomada de Jerusalém pelos Cristãos e criação da Ordem Religioso Militar do Hospital.		Crônica do Conde D. Henrique	15
1119	1119	O nome Templários se deu devido aos cavaleiros se hospedarem no templo do sepulcro de Jesus Cristo em Jerusalém. Por ordem de São Bernardo usavam um hábito branco e depois foi acrescentada uma cruz vermelha no peito por ordem de Eugênio III. A Ordem do Hospital foi criada para servir de hospital de cura e	Hugo de Paganis; Gaifredo de Santo Adelmaro D. Sancho Fernandez, Mestre de Santiago (1181)	Crônica do Rei D. Afonso Henriques	30 30 31

⁶⁰ COSTA, 2019, p. 15

⁶¹ LEÃO, 1600, p. 31.

REFERENCIAÇÃO CRONOLÓGICA DO AUTOR	DATA HISTÓRICA	ACONTENCIMENTOS	PERSONAGENS DAS ORDENS	CAPÍTULO	PÁGINA(s)
		<p>recolhimento dos peregrinos de São João Batista. O primeiro assentamento da Ordem se deu em Jerusalém, mais tarde se espalhando por várias cidades.</p> <p>O Papa Honório II lhes confiou a Ordem de Santo Agostinho e lhes deu um hábito negro com uma cruz branca.</p>			31
1139	1139	As armas de Portugal, usadas em batalha contra os Mouros, foram destruídas em pedaços, criando assim novas insígnias que são usadas até hoje. Até então era usada uma cruz azul em um campo branco, armas essas trazidas por D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques.		Crônica do Rei D. Afonso Henriques	34
1147		Doação do Castelo de Mafra a D. Fernando Monteiro	D. Fernando Monteiro, Primeiro Mestre de Avis	Crônica do Rei D. Afonso Henriques	41
1185		<p>D. Sancho I amplia as ordens de Santiago e de Avis, entregando-lhes algumas vilas.</p> <p>D. Sancho I entregou a cidade de Idanha à Ordem do Templo</p>	<p>D. Sancho Fernandez III, Mestre de Santiago</p> <p>D. Gonçalo Viegas, Mestre de Avis.</p>	Crônica do Rei D. Sancho I	57
1187		Ordem do Templo e do Hospital ampliadas pelo Rei D. Sancho I, pela doação de vilas e terras. O Rei português, com ânsia de lutar em nome da Guerra Santa expande as terras das		Crônica do Rei D. Sancho I	58

REFERENCIAÇÃO CRONOLÓGICA DO AUTOR	DATA HISTÓRICA	ACONTENCIMENTOS	PERSONAGENS DAS ORDENS	CAPÍTULO	PÁGINA(s)
		Ordens do Hospital e do Templo.			
1202		O Infante Fernando Afonso se torna Grão-Mestre da Ordem do Hospital.		Crônica do Rei D. Sancho I	62
1212 – 1217		A Ordem do Templo serviu de segurança dentro das vilas de Montemor durante a briga de D. Afonso II e suas irmãs.	Papa Inocêncio III	Crônica do Rei D. Afonso II	68- 69
1217	1217	Tomada de Alcácer do Sal com participação de Bispos das Ordens do Templo e Hospital.	D. Pedro – Mestre do Templo D. Gonçalo – Prior da Ordem do Hospital.	Crônica do Rei D. Afonso II	70
1262	1242	Reconquista total do Algarve.	D. Paio Correa – Mestre de Santiago	Crônica do Rei D. Afonso III	101
	1288	Papa Nicolau IV concedeu que Freires e Comendadores da Ordem de Santiago em Portugal fossem eleitos por portugueses.	D. João Fernandes – Primeiro Mestre Português da Ordem de Santiago	Crônica do Rei D. Dinis	129-130
	1294	O Papa Celestino V revoga a bula que autorizava a independência da Ordem de Santiago em Portugal, porém não alterou em nada o fato de os portugueses continuarem elegendo seus próprios representantes dentro da Ordem.		Crônica do Rei D. Dinis	130
1310	1312	Extinção da Ordem do Templo no Concílio de Viena. D. Dinis assina um acordo com Fernando de Castela	Papa Clemente V	Crônica do Rei D. Dinis	132 132

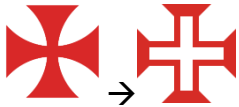
REFERENCIAÇÃO CRONOLÓGICA DO AUTOR	DATA HISTÓRICA	ACONTENCIMENTOS	PERSONAGENS DAS ORDENS	CAPÍTULO	PÁGINA(s)
		para que os bens dos Templários de Portugal continuassem em mãos portuguesas.			
1320	1318	<p>Estabelecida a Ordem de Cristo, primeira ordem religioso-militar portuguesa, passando o patrimônio templário para a nova ordem.</p> <p>Sendo a Ordem de Cristo uma ramificação da Ordem do Templo, o hábito continuou praticamente o mesmo, mudando apenas o formato da cruz.</p> 	<p>Frei Gil Marrinz – Primeiro Mestre da Ordem de Cristo e até então Mestre de Avis.</p> <p>Papa João XXII.</p>	<p>Crônica do Rei D. Dinis</p>	<p>122</p> <p>132</p>
	1364	<p>Início da Nacionalização das Ordens Militares.</p> <p>D. Pedro entrega a Ordem de Avis ao seu filho João, futuro rei de Portugal.</p>		Crônica do Rei D. Pedro	177
1371	1372	D. Fernando casa-se com D. Leonor Teles. O matrimônio aconteceu no Mosteiro de Leça do Balio, que na época pertencia a Ordem do Hospital.	Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital	Crônica do Rei D. Fernando	196-197

Tabela 2: Acontecimentos abordados por Duarte Nunes de Leão

O fato é que ele foca nas linhas genealógicas e nas guerras entre os reis portugueses e espanhóis, deixando de lado as então milícias religiosas.

2.1.1 – Estrutura da Obra

Duarte Nunes de Leão divide sua obra em capítulos, e dentro desses capítulos discorre sobre a vida e o governo dos reis portugueses. O primeiro capítulo trata sobre o Conde D. Henrique, que, embora não tenha sido rei, é tratado pelo cronista como figura importante na criação do reino de Portugal.

Cada capítulo traz a história e a linhagem de um rei português. Leão dá mais atenção a alguns monarcas, como se verifica com D. Afonso Henriques, que como primeiro Rei de Portugal, de fato merece destaque. Outro que se destaca é o pai de Afonso Henriques, Conde D. Henrique. O cronista passa um bom tempo tentando desvendar a árvore genealógica do patriarca, porém o próprio autor admite não saber com exatidão a linhagem do Conde. Por outro lado, o autor dedica poucas páginas a reis como D. Pedro e D. Fernando. A esses monarcas são dadas poucas informações e nada é aprofundado como nos demais casos.

As estruturas dos capítulos são todas muito semelhantes, começando pela genealogia do rei apresentado, seguindo pela maneira como esse ascendeu ao trono, levando seus feitos como governante em conta e, por fim, a abordagem aos anos finais de cada monarca.

Duarte Nunes não usa a nomenclatura “capítulo” para fazer a divisão entre um rei e outro. Ele divide fazendo uso da palavra “Chronica”, fazendo uma para cada monarca abordado. A seguir pode-se ver como é feita essa divisão.

- Chronica do Conde Dom Henrique – Que Fundador do Reino de Portugal
- Relação do que se continha na Historia Antiga del Rei Dom Afonso Henriquez que agora se reprova
- Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez
- Chorinca del Rei Dom Sancho o I e dos reis de Portugal o II
- Chronica del Rei Dom Afonso o II e dos reis de Portugal o III
- Chronica del Rei Dom Sancho o II e dos reis de Portugal o III⁶²

⁶² O algarismo está representado de tal forma pois é assim que se encontra na obra. Sendo a forma correta representada por IV.

- Chronica del Rei Dom Afonso o Terceiro, que foi Conde de Bolonha, e dos reis de Portugal o quinto
- Chronica del Rei Dom Dinis dos reis de Portugal o sexto
- Chronica del Rei Dom Afonso o quarto deste nome e dos reis de Portugal o septimo
- Chronica del Rei Dom Pedro, dos reis de Portugal o oitavo
- Chronica del Rei Dom Fernando, dos reis de Portugal o nono
- Tavoada das Cousas e Pessoas que se conteem na primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal.

2.1.2 Contextos, episódios e personagens focados pelo cronista

As Crônicas dos Reis de Portugal de Duarte Nunes de Leão, ao contrário da crônica de Román, não são crônicas que falam única e exclusivamente sobre as Ordens Religiosas Militares. Aliás, as ordens são apenas mencionadas de forma esporádica em sua obra; não são partes essenciais para compor o que o texto pretende veicular, que é falar sobre os reis portugueses e os seus dias como monarcas. Essa compilação de histórias que vão desde de D. Henrique até D. Fernando, cita as Ordens, principalmente, afim de adjetivar algo ou alguém, como na Crônica de D. Afonso III, em que o autor apresenta os acompanhantes do rei, D. Fernão Lopes, Prior do Hospital, e o, Mestre de Avis⁶³, como parte das principais pessoas de todo o reino⁶⁴.

Logo no início de seu livro, Duarte Nunes de Leão dedica um tempo falando sobre as Cruzadas e a tomada de Jerusalém, mencionando uma milícia religiosa criada para defender a Terra Santa e para cuidar e hospedar peregrinos que faziam a santa jornada. Essa milícia é mencionada como Santa Milícia, devendo os seus cavaleiros usar uma cruz vermelha no peito e defender a Terra Santa com suas vidas, se necessário. Esses “santos” soldados eram homens de origem nobre que usavam seus poderes e suas riquezas para financiar as batalhas e as guerras contra os infiéis e ainda criavam recursos para socorrer os soldados mais pobres. Para fundamentar tais

⁶³ O autor não informa o nome do Mestre de Avis.

⁶⁴ LEÃO, 1600, p. 102.

informações, Duarte Nunes de Leão recorre aos livros de Guilherme, arcebispo de Tyro, que segundo ele escreveu obras sobre a Guerra Santa⁶⁵.

Duarte Nunes de Leão apresenta uma “preferência” por uma Ordem acima de todas as outras. A Ordem do Templo é a menos mencionada, mas a que carrega mais informações, tais como a sua criação, o hábito usado por seus membros e até a sua extinção. Enquanto as outras são usadas para caracterizar alguém ou algum lugar, o Templo tem parte de sua história contada até o momento de sua extinção, e continua sendo citada como base para a Ordem de Cristo.

O autor explica o motivo por trás do nome “Templo”, descreve como era a vida de um cavaleiro templário e menciona que eram presenteados ou pagos pelos seus serviços prestados a Deus, como terras, castelos ou mesmo vilas⁶⁶. Também nos dá detalhes do hábito usado pelos membros da Ordem e identifica os responsáveis pela opção de envergarem o hábito branco e a cruz vermelha, isto é, São Bernardo e Eugênio III respectivamente⁶⁷. Ainda entra no mérito do Concílio de Viena, quando essa Ordem foi suprimida pelo Papa Clemente V⁶⁸. Toda essa informação é dada em um único capítulo, logo no contexto do reinado do primeiro rei português, D. Afonso Henriques.

Ainda no capítulo de Afonso Henriques é mencionada a Ordem do Hospital. Embora o autor não dê a data exata, ele se refere a criação da milícia na mesma época e pelos mesmos meios que a Ordem do Templo. É explicada a função dessa Ordem e o seu lugar de origem, precisamente na emblemática cidade de Jerusalém⁶⁹. Sua função era servir de hospital de cura e acolhimento dos peregrinos que aí acorriam cada vez com mais frequência, tendo em conta o controlo político e militar da cidade de Jerusalém por parte das forças cristãs pouco antes da criação das Ordens Religioso-Militares⁷⁰.

⁶⁵ LEÃO, 1600, p. 5.

⁶⁶ LEÃO, 1600, p. 30.

⁶⁷ LEÃO, 1600, p.30.

⁶⁸ LEÃO, 1600, p. 31.

⁶⁹ LEÃO, 1600, p. 30.

⁷⁰ LEÃO, 1600, pp. 55-56.

Leão dedica também um longo tempo apresentando a Ordem do Hospital. Ao contrário do Templo, ele apresenta o Hospital como uma milícia de cura⁷¹. Enquanto o Templo era uma milícia de guerra e de nobres, o Hospital tinha como ofício a cura e cuidado com os enfermos, pobres e peregrinos. Também se diferenciava na questão financeira, viviam de doações de Príncipes Cristãos e do dízimo⁷², e não acumulavam grandes fortunas como o Templo, que também recebiam diversas doações de terras, castelos e vilas de nobres abastados⁷³.

O cronista se estende ao explicar sobre o hábito⁷⁴ usado pelos freires da instituição hospitalar, a origem do primeiro nome dado – Ordem do Hospital de São João de Jerusalém⁷⁵ -até os votos que os cavaleiros deveriam fazer ao se juntar à Ordem⁷⁶. Entre os tais votos, além da pobreza e da castidade, os homens deveriam lutar contra os infiéis, e por fim, tenta, porém de maneira confusa, explicar a divisão hierárquica⁷⁷ dentro da instituição.

Em relação às demais Ordens, como Santiago e Avis, Duarte Nunes de Leão menciona esporadicamente eventos em que a alguma ordem ou alguém relacionado à elas tenha participado, como por exemplo a invasão⁷⁸ e a tomada da vila de Loulé pelo Rei D. Afonso III e o Mestre de Santiago ou mesmo membros importantes de cada organização, como o Mestre de Santiago D. Paio Correa⁷⁹, que por consentimento do rei de Castela era vassalo do rei de Portugal, para fundamentar a história de algum monarca. Ainda em relação ao Mestre de Santiago, D. Paio Correa, que era um grande servidor do então rei português, D. Afonso III, junto com seus cavaleiros, ajudou D.

⁷¹ LEÃO, 1600, p.31.

⁷² LEÃO, 1600.p. 31.

⁷³ COSTA, 2019, pp. 185 – 207.

⁷⁴ “[...] dando lhes hábito branco & cruz negra [...]” (LEÃO, 1600, p. 31).

⁷⁵ “E este Abbade & monges da hi a pouco tēpo edificarão hũa cappella & hospital para cura & recolhimento dos peregrinos, da inuocação de Sam loam Baptista [...] que erão clérigos de ordēs, os leigos se occupauão na milicia, & da hi em diante se chamou sua ordem do hospital de Sam loam de Ierusalem.” (LEÃO, 1600, pp. 30 - 31).

⁷⁶ “[...]com votos de castidade, pobreza, & obediēcia, & de pelear contra infiéis por a relião Christã.” (LEÃO, 1600, p. 31)

⁷⁷ Ver essa divisão em: LEÃO, 1600, pp. 31- 32.

⁷⁸ Ver em: LEÃO, 1600, p. 103.

⁷⁹ Ver em: LEÃO, p. 102.

Afonso na tomada do Algarve dos Mouros, como é possível observar no excerto abaixo.

[...] o Mestre de Santiago Dom Paio Correa, & para os caualleiros, que com elle andauão no Algarue, per que lhes notificou aq̃lla doação, & mandou q̃ entregasse a el Rei de Portngal as fortalezas. O queo mestre fezde mui boa vôtade por ser grãde seruidor del Rei de Portugal.⁸⁰

Por fim, se tem acesso à Ordem de Cristo, que como teve sua origem a partir da extinção da Ordem Templária era de se esperar que houvesse um desenvolvimento maior em relação à Ordem que originou a ordem portuguesa. É no capítulo de D. Dinis que o cronista dedica um tempo à apresentação da milícia remanescente do antigo Templo⁸¹, uma vez que foi neste reinado que foi criada a Ordem de Cristo. Segundo o autor, essa milícia ao ser criada herdou a maioria das riquezas dos templários deixada em Portugal. O cronista também discorre quanto ao hábito⁸² e ainda escreve sobre a mudança da Cruz Templária para a Cruz de Cristo⁸³ explicando como era a Cruz Templária e depois anuncia como se formou a Cruz de Cristo.

Como a Ordem de Cristo foi criada com o objetivo de se situar no universo da Coroa Portuguesa, D. Dinis decidiu que as restantes instituições congêneres presentes em solo português também deveriam ser integradas no círculo de influência do poder real.

Por fim, pode se dizer que Duarte Nunes de Leão trata as Ordens Militares em sua obra como um complemento para informações que ele próprio acredita ser mais importantes.

⁸⁰ LEÃO, 1600, p. 102.

⁸¹ LEÃO, 1600, pp.108 -134.

⁸² LEÃO,1600, p. 31.

⁸³“[...] cruz vermelha da feição da branca, que trazem os de Sam loam quanto as pontas da cruz dos Templarios erão mais obtusas & rombas, & os braços della não se alargauão tanto do meo para as cabeças. E aos de Christo ordenou q̃ sobre habito cruz vermelha aberta pelo meo. De maneira que fica o aberto fazendo hũa cruz delgada branca. Mas a brãca & a vermelha, que a cerca, com os braços direitos & igoaes ate as pontas que sao agudas.” (LEÃO,1600, p. 132.)

2.2 História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis

O livro da *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, escrito por Frei Jerónimo Román (1536 - 1597), apresenta a história das três ordens referidas no título, nomeadamente pela trajetória histórica que conheceram no reino português. É sabido que Fr. Jerónimo Román detinha conhecimento sobre as mais diversas ordens, porém nessa obra ele opta pelas Ordens Militares consideradas autônomas, ou seja, as milícias de Cristo, Santiago e Avis⁸⁴.

A edição⁸⁵ que consultamos para a elaboração desta dissertação é a única disponível para estudiosos da área, o que a torna de extrema importância para qualquer historiador medievalista.

Román baseou-se fielmente em fontes documentais para escrever sua obra, o que não o impediu de analisá-las de forma pessoal, por assim dizer. Porém ele procurou fundamentar toda a obra com documentos para que suas afirmações tivessem bases seguras e rigorosas. Tendo sempre essa preocupação, o autor procurou informações em fontes presentes nos Arquivos de Tomar, Palmela, Avis e na Torre do Tombo⁸⁶.

O cronista apresenta detalhadamente cada Ordem, sendo a Ordem de Cristo remetida para a dos Templários, uma vez que essa nasceu a partir da supressão da Ordem do Templo. A Ordem de Cristo talvez seja a que mais é detalhada pelo autor; ele escreve desde a fase introdutória, do nascimento da Ordem, passando por sedes, regras, hábito, entre outros aspetos.

Avis também é descrita juntamente com Calatrava, milícia que teve influência em sua fundação⁸⁷. Além disso ele busca informações desde a criação até o momento presente do autor.

⁸⁴ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Luís Adão da Fonseca (ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10, pp. 8-9.

⁸⁵ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Luís Adão da Fonseca (ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10. Porto: CEPESE/Civilização Editora, 2008.

⁸⁶ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10, 2008, p. 3.

⁸⁷ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, p. 223-226.

Este é o mais antigo relato sobre as três Ordens referidas presentes em solo português, o que acaba tornando essa obra um objeto de referência para estudiosos desse tema. Porém, o fato das informações apresentadas não serem todas provadas como verdadeiras deixa o documento propenso a erros graves, o que faz com que os estudiosos tenham que buscar outras formas de provar o que estejam a pesquisar⁸⁸.

Román não tinha o português como língua materna, o que o pode ter prejudicado na hora de elaborar a obra, uma vez que a maioria (se não todos) dos documentos que consultou estavam redigidos em português. Ao escrever a crônica em espanhol, ele pode acabar por se perder diante das informações apresentadas fora da primeira língua, o que pode constituir um dado preocupante também para quem estuda essa fonte.

Para compreender tal obra, também é necessário conhecer a história de Portugal até ao momento em que foi redigida. A exemplo disso, há um capítulo todo dedicado a D. João, Mestre da Ordem de Avis, e que viria a ser rei de Portugal. Claro que para entender todo e qualquer documento é necessário um conhecimento básico sobre a história a que se faz menção.

Segundo os autores de *Militarium Ordinum Analecta*⁸⁹, a intencionalidade por trás das obras de Jerónimo Román é política. Por isso, e mais uma vez, eu faço menção à história de Portugal, que ele aborda sistematicamente durante toda a crônica, porém não é possível saber qual plano político o autor tentou ter como base para escrever a obra, ou seja, qual referência teve ele ao tratar o texto como um caminho para um fim político.

2.2.1 – Estrutura da Obra e conteúdo da obra

A obra em apreço é dividida em livros. Cada livro aborda uma Ordem, contando suas histórias desde sua criação. Esses livros são divididos em capítulos. O autor dedica

⁸⁸ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, p.13-14

⁸⁹ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, p. 14 – 15.

um maior número de páginas, ou seja, acaba por dar mais detalhes e informações sobre a Ordem de Cristo acima das outras.

Assim como a obra de Duarte Nunes de Leão, Jerónimo Román apresenta uma dedicação maior a uma Ordem em relação as outras. Isso fica claro logo no início ao nos depararmos com dois livros inteiros dedicados a Ordem de Cristo, enquanto as outras duas, Santiago e Avis, são apresentadas em um só livro e de maneira resumida, como sugere a tabela que se segue.

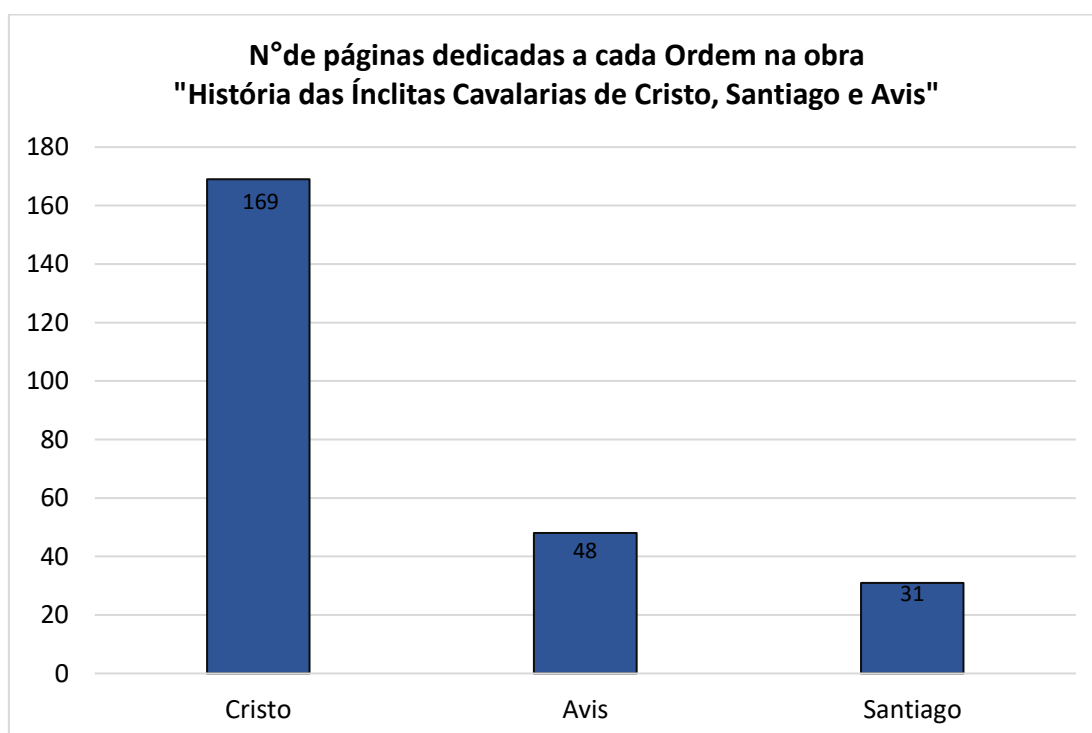


Tabela 3: Número de páginas dedicadas a cada Ordem na obra "História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis"

Fonte: *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Luís Adão da Fonseca (ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10. Porto: CEPESE/Civilização Editora, 2008.

As três ordens estão estruturadas de cronologicamente de maneira semelhante, embora a Ordem de Cristo apresente muito mais informação em relação às outras duas. Para todas elas o autor apresenta o início de cada Ordem, como foram criadas, os costumes, os votos que cada cavaleiro deveria fazer, os mestres, os comendadores, as comendas e alguns aspectos gerais de cada uma das instituições religioso-militares. O critério usado pelo cronista para compor a organização de sua

obra é começar pela ordem que será mais desenvolvida para a que menos informação ele apresenta. A Ordem de Cristo é apresentada em dois livros para que as informações sejam bem divididas. Logo em seguida aos dois livros de Cristo, o cronista trata a história da Ordem de Santiago em Portugal e por fim traz a história da Ordem da Avis. Assim se dá a divisão da crônica. Dentro de cada livro, o autor desenvolve capítulos deixando claro sua preocupação com a organização tanto da escrita quanto da leitura. A estrutura da obra segue um critério simples que se faz orgânico e de fácil entendimento, como é possível ver abaixo.

- **Libro primero de la historia de la Ynclita Cavalleria de Christo**

Cap. 1 – De la ocasion que uvo para fundarse la Orden de la Cavalleria de Christo en Portugal.

Cap. 2 – De la total ruina de la Orden de los Templarios y particularmente como acabaron en Hespaña.

Cap. 3 – De quan enriquecida fue esta Orden del Temple en Portugal y de los Maestres que tuvo.

Cap. 4 – De lo que proveio el Papa Clemente en el concilio unniense sobre los bienes de la Orden del Temple.

Cap. 5 – De lo que el rey don Deniz hizo luego que se trato de extinguir la Orden de los Templarios y lo que hizo asta fundar la de Christo.

Cap. 6 – De como fue fudada la Ordem de Christo a quien es la sujetaron y que constituciones tuvo en sus principios.

Cap. 7 – De la confirmacion de la Orden de Cristo por la Santa Silla Apostolica.

Cap. 8 – Del havito desta cavalleria y de la mudança del con lo demas que allamos al proposito.

Cap. 9 – De los titulos de la Ordem que insignias tiene assy como el pendon o vanderas y de el estoque y sello.

Cap. 10 – De la manera de elegir Maestro en la Orden de Christo y de todas las cosas que tocan al propio oficio.

Cap. 11 – De las demas dignidades que la Orden tiene assy como don prior, comendador major, calvero y otros.

Cap. 12 – De la manera de selebrar esta Orden sus capitulos generales y quantos allamos.

Cap. 13 – De la manera de tomar el havito los cavalleros y hacer proficion y de la declaracion de sus votos.

Cap. 14 – Quantas diferencias ay de religiosos en esta Orden y de la manera de vivir que se tuvo a los principios en esta Orden.

Cap. 15 – De las encomiendas que esta Orden tuvo al principio que son las que llaman comiendas viejas.

Cap. 16 – De como se passo esta Orden de Crasto Marin a la villa de Thomar y porque ocazion y adonde estuvo asta que se hiso la reformation.

Cap. 17 – De la fundacion de la villa de Thomar con todo lo curioso que se alla en ella que venga a cuenta.

Cap. 18 – De como y adonde vivieron en Thomar los cavalleros del Temple y despues los de Christo asta que se fundo convento formado como oy se ve.

Cap. 19 – De como comenso la reformation en el convento de Thomar con todas las cosas a este proposito.

Cap. 20 – Continuace la reformation con otras cosas al proposito de la vida reglar.

Cap. 21 – De los trabajos que esta reformation tuvo andando los tiempos y como sossego tudo y como se fue aumentando mas la autoridad deste monesterio.

Cap. 22 – Del templo y iglesia del convento de Thomar con todo lo que hace al proposito.

Cap. 23 – Del coro y como se hace el oficio divino en el.

Cap. 24 – De los demas edeficios deste tan real monesterio y primero tratemos de sus Claustros.

Cap. 25 – De la sacristia, reliquias y cosas preciosas que tiene el convento de Thomar.

Cap. 26 – De los dormitorios, refitorio y otras oficinas deste real combento de Thomar.

Cap. 27 – De la limosna que ce daa en este monasterio de ordinario i de otras obras pias que se hacen acen a este proposito.

Cap. 28 – De lo que se ha aumentado pera la Orden fuera el convento adonde ay relegiosos del mismo havito.

Cap. 29 – Del harchivo o cartorio en que se guardan las escrituras del convento y de donde se sacaron las mas cosas que en esta obra van.

Regla de los freires de la Inclita Cavallaria de la Orden de Jesu Christo sacada de la del glorioso padre Sant (sic) Benito.

- **Libro segundo de la Inclita Cavallaria de Cristo en la Corona de Portugal**

Cap. 1 – Del primero Maestre de la Cavallaria de Cristo don Gil Martines.

Cap. 2 – Del sigundo Maestre llamado don Juan Lorenço.

Cap. 3 – Del tercero Maestre de Christo llamado don Martin Gonçales y de lo que uvo en su tempo.

Cap. 4 – Del quarto Maestre don Estevan Gonçales.

Cap. 5 – Del quinto Maestre de la Orden de Cristo don Rodrigo Yanes.

Cap. 6 – Del sexto Maestre don Nunno Ruis y de algunas constituciones que hizo.

Cap. 7 – Del Maestre setimo don Lope Dias de Soza.

Cap. 8 – Del Maestre octavo el serinisimo infante don Henrique y de lo mucho que aumento esta Orden.

Cap. 9 – Del nueno Maestre el infante don Phernando.

Cap. 10 – Del decimo Maestre de Cristo el duque de Viseu don Diego.

Cap. 11 – De el undecimo Maestre y administrador de la Orden de Christo el infante don Manuel duque de Beja que despues vino a ser Rey de Portugal.

Cap. 12 – Del notable augmento que el rey don Manuel hizo en la cavallaria de Cristo.

Cap. 13 – De las encomiendas que tienen que proveer los duques de Bargaça y de la ocasion que ubo para esto.

Cap. 14 – Del duodecimo Maestre y primero administrador perpetuo de la Orden de Christo el rey don Juan el tercero

Cap. 15 – De como tomo el rey don Jua.n el tercero la administracion del maestrazgo de

Cristo y las sirimonias con que la tomavan los maestros antiguamente.

Cap. 16 – Del decimo tercero Gran Maestre y segundo administrador perpetuo de la Orden de Cristo el rey don Sevastian.

Cap. 17 – Del decimo quarto Maestre y tercero administrador de la Orden de Christo el rey don Henrique y Cardenal.

Cap. 18 – Del quinto decimo Maestre y quarto administrador perpetuo de la Orden de Christo don Phelipe segundo Rey de las Espannas.

Cap. 19 – De las cortes soblenes que selebro Su Magestad en el convento de Thomar despues de ser jurado en Rey de los reinos de Portugal.

Cap. 20 – Del acto y juramento que hizo el reino de Portugal en Thomar para recevir al principe don Diego nuestro señor por su príncipe.

- **Historia de la Inclita Cavalleria de Sanctiago en la Corona de Portugal ordenada por Frey Hieronimo Roman**

Cap. 1 – Del origen y principio de la Inclita Cavalleria de Sanctiago en España.

Cap. 2 – De la ocasion que tuvieron los reies de Portugal para recebir la Cavalleria de Sanctiago en sus reinos.

Cap. 3 – De como y porque se hisieron exemptos los cavalleros de Sanctiago del gran maestre de la Horden.

Cap. 4 – De como esta Horden fundo su convento de la cavalleria en Portugal.

Cap. 5 – De los primeros maestros provinciales de la Horden de Sanctiago en el reino de Portugal.

Cap. 6 – Del tercero maestre Don Pedro Scacho y delo que vuo en la Horden en su tempo.

Cap. 7 – De otros sinco maestros desta cavalleria y de una schisma que se llevento en la enlecion del uno deellos.

Cap. 8 – De como el maestrasgo de Santiago entro en la Casa Real y nunca despues salio dela.

Cap. 9 – Del decimo sexto maestre y ultimo de la Orden de Sanctiago el señor Don Jorge

Cap. 10 – De quantos comendadores maiores a avido en Portugal de la Orden de Santiago.

Cap. 11 – De los Don Piores que gobiernan el convento de la Orden y quantos em numero y de alguna diferencia que ay en los clerigos del convento a los de los conventos de Castilla.

Cap. 12 – De los capitulos que esta Orden ha celebrado de Santiago despues que se aparto de Castilla.

Cap. 13 – De las encomiendas que la Orden de Santiago tiene por todo el reino de Portugal.

- **Historia de la Ynclita Cavalleria de la Orden de Avis en la Corona de Portugal ordenada por Fray Hieroniimo Roman**

Cap. 1 – Del origen y principio de la Orden que llaman de Avys con declaracion de algunas dubdas.

Cap. 2 – De como y adonde fue fundada la Orden de Avys y quando se llamo de Evora y como fue passada a Avis.

Cap. 3 – De como se paço la Orden de la Cavalleria de Evora al castillo de Avis y su fundacion con lo demas que hase al proposito.

Cap. 4 – De los nombres que esta Orden tuvo y su manera de bevir los relegiosos y de la confirmacion por la silla apostólica.

Cap. 5 – Del abito que uso esta cavalleria de sus ynsignias y mas cosas que allamos.

Cap. 6 – De los primeros Maestres desta Orden mientras estuvieron en Evora hasta que se passo a Avis.

Cap. 7 – Del quarto Maestre de esta Orden Don Martin Fernandes con los demas hasta ser lo Don Joan hijo bastardo del rey Don Pedro.

Cap. 8 – Del Maestre viente uno Don Joan que despues vino a ser Rey de Portugal.

Cap. 9 – Del Maestre veinte y dos Don Fernan Ruis de Sequeira.

Cap. 10 – Del Maestre viente y dos el Infante Don Fernando y como se encorporo el Maestrasgo en la Corona.

Cap. 11 – De como se dio la administracion de la Orden al Señor Don Pedro hijo del Ynfante Don Pedro.

Cap. 12 – Del principe Don Joan vigesimo quinto Maestre de Avis y tercero administrador los demas hasta que quedo el Maestrasgo en la Corona.

Cap. 13 – De los Comendadores Mayores que a avido en la Cavalleria de Avis.

Cap. 14 – De la dignidad de don prior en la Orden de Avis y quantos hallamos hasta nuestros tempos.

Cap. 15 – De los capitulos que se hallan averce celebrado en esta Cavalleria de Avis.

Cap. 16 – De las encomiendas que tiene la Orden de Avis que se proven a los cavalleros.

A obra *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* se dedica única e exclusivamente às histórias das três obras mencionadas no título. Jerónimo Román percorre toda a história das Ordens desde a criação até os dias seus contemporâneos.

O cronista apresenta uma estrutura parecida nos três textos, e seguindo respectivamente a ordem dada em relação ao título da crônica, a Ordem de Cristo é a primeira a ser focada. É inegável que Román dedica muito mais páginas e informações sobre essa Ordem de origem portuguesa do que em relação às outras duas. Percebe-se o desenvolvimento mais aprofundado sobre a Ordem de Cristo logo no índice, em que esta é a única milícia que tem dois livros reservados ao relato da sua história. Além de trazer uma grande variedade de informações em relação aos aspectos introdutórios, Román ainda dedica um espaço considerável dentro do primeiro livro da Ordem de Cristo à Ordem do Templo e aos problemas que levaram à sua extinção. Como a supressão dos Templários foi o que deu origem à Ordem de Cristo, era de se esperar que o cronista dedicasse um tempo contando a história de uma para que pudesse fundamentar a outra. Esse espaço dedicado a antiga ordem ocupa 4 capítulos dentro do primeiro livro de Avis e se estende entre as páginas 22 a 31.

Ao considerar a Ordem de Santiago, além de apresentar uma introdução e contar as origens da fundação da milícia espanhola⁹⁰, o autor destaca a relação dessa Ordem com a monarquia portuguesa e a difícil isenção do ramo castelhano, uma vez que Portugal considerava as Ordens uma parte integrada no Estado Moderno, ou seja, dependente da Coroa. O texto trata ainda do processo de fundação da Ordem de Santiago dentro do reino português⁹¹. D. Dinis tinha uma política centralizadora que buscava reduzir o poder dos senhorios e nobres com incidência na vida eclesiástica, pois com isso limitaria e controlaria também o poder político da Igreja sobre o reino⁹². Só então, depois de introduzir essas questões o autor entra na história do convento de Palmela⁹³.

⁹⁰*História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 191 – 193. Essa informação se encontra no primeiro capítulo dentro do livro da Ordem de Santiago.

⁹¹*História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 195- 199. Capítulos 2 e 3 da Ordem de Santiago.

⁹² FERNANDES, 2002, p. 46

⁹³ *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, p. 200.

No caso da Ordem de Avis, o cronista dedica um tempo maior às suas origens, mesmo ocupando poucas páginas, assim como no de Santiago. Passado o período introdutório e de origens⁹⁴, o cronista apresenta uma lista com os mestres⁹⁵, comendadores - mores⁹⁶, priores-more⁹⁷s e ainda a indicações de comendas⁹⁸. Tratando-se do Mestre de Avis é de se esperar que Román dedicasse um tempo maior ao Mestre João, que viria a ser rei de Portugal a partir de 1385. Ainda em relação à Ordem de Avis, assim como à de Cristo, o cronista dedica umas páginas para explicar e apresentar os hábitos e as insígnias da respectiva milícia⁹⁹, coisa que não acontece com a Ordem de Santiago. Não sendo clara a razão por que o faz, não podemos deixar de pensar na profunda relação da Ordem de Cristo com a monarquia portuguesa e na incorporação da marca da Ordem de Avis também pela coroa portuguesa que a assumiu como timbre de identificação da segunda dinastia, inaugurada por um ex-mestre dessa Ordem.

Voltando à Ordem de Cristo, essa é a única das três Ordens que tem um livro em que dedica 7 dos 29 capítulos a sua organização ao seu estatuto¹⁰⁰. Ou seja, ele enuncia os propósitos da organização como cavalaria, os princípios que regiam a ordem, como eram eleitos os Mestres, e por fim as outras dignidades da ordem, como o prior, o comendador entre outros. No trecho abaixo, trecho extraído do capítulo 10 do livro 1 da Ordem de Cristo, é possível vermos uma das obrigações que tinham o Mestre de Cristo.

“El Maestre quede obligado a hir de tres en tres años a Roma y assy lo prometio el primer Maestre por aver lo mandado asy el Sumo Pontifice mas que el mismo Papa en Aviñnon en el mismo

⁹⁴ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 223 – 236. Capítulo 1 a 4 da Ordem de Avis.

⁹⁵ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 241 – 257. Capítulo 6 a 12 da Ordem de Avis.

⁹⁶ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, p. 261. Capítulo 13 da Ordem de Avis.

⁹⁷ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 262 – 264. Capítulo 14 da Ordem de Avis.

⁹⁸ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 271 – 274. Capítulo 16 da Ordem de Avis.

⁹⁹ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 237 – 240. Capítulo 5 da Ordem de Avis.

¹⁰⁰ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 30 – 50. Do capítulo 5 ao 11 do primeiro livro da Ordem de Cristo.

*año dispenço generalmente que ninguno quedace obligado a
hir a Roma¹⁰¹.”*

A obra de Román se estabelece como uma fonte da memória dessas três ordens e como elas se adaptaram frente às mudanças do Estado com o passar dos anos. Além de trazer informações concretas da história das milícias por ele estudadas.

¹⁰¹*História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis. Militarium Ordinum Analecta, vol. 10, 2008, p. 47.*

Capítulo 3 - Lógicas de escrita sobre as Ordens Militares: uma análise comparada

Como já foi dito, esse trabalho não tem como objetivo analisar as Ordens Religioso-Militares, e sim a forma como elas são retratadas pelos dois autores já mencionados nos capítulos anteriores. Claro que haverá semelhanças e diferenças entre as duas obras e é a partir disso que será feita uma análise comparada das abordagens que os seus autores imprimiram ao tema dessas instituições, tentando identificar os motivos que presidiram às lógicas de organização interna dos textos.

Uma forma interessante de examinar as obras é através dos princípios basilares da Análise do Discurso, uma vertente da linguística que tem como objetivo analisar o discurso, como o próprio nome já diz, para perceber as construções ideológicas do texto. Todo discurso deve ser visto como um objeto linguístico e histórico¹⁰². A partir destas asserções, a Análise do Discurso afigura-se como a melhor forma de analisar uma crônica histórica.

Antes de partir para essa vertente analítica é necessário saber o que se entende por discurso. Existem diversas concepções sobre o que viria ser o discurso, concepções essas que vão das mais concretas às mais abstratas, dependendo do ramo da linguística em que ele será estudado e será dado o devido juízo sobre a palavra “discurso”. Embora a definição não seja comum entre os linguistas, a questão da análise se faz consensual entre os estudiosos. A Análise do Discurso não se dá por meio da estrutura linguística somente, mas sim o que há por trás dessa estrutura, o que o sujeito quer transmitir por meio da língua: relações de poder, ideologias, identidades sociais e as mais diversas manifestações humanas¹⁰³.

A Análise do Discurso é uma área da linguística relativamente nova criada pelo filósofo francês Michel Pêcheux (*Analyse automatique de discours*. Paris: Dunot, 1969). Ele acredita que através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e

¹⁰² FIORIN, 1990, p.77.

¹⁰³ MELO, 2009, p. 3.

o “ nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível¹⁰⁴. Ou seja, a língua depende da análise para atingir seu objetivo.

Para Pêcheux a análise do discurso constrói seus objetivos com base na historicidade, na interdiscursividade e na sistematicidade da língua. A análise tenta colocar uma relação entre o campo da língua (estudo da linguística) e o campo da sociedade (estudo da história e da filosofia)¹⁰⁵. Para analisar um texto através dos instrumentos típicos da Análise do Discurso, antes é necessário conhecer a história por trás da época em que as obras foram escritas, para que sejamos capazes de perceber a intencionalidade por trás dos trabalhos de ambos os autores.

A Análise do Discurso nasceu como um instrumento de análise política e não como um processo epistemológico da língua e a partir disso surgiram as mais variadas concepções acerca de sua definição. As que mais se encaixam dentro desse estudo seriam os estudos de Michel Pêcheux (*Analyse automatique de discours*. Paris: Dunot, 1969) e Norman Fairclough (*Discurso e Mudança Social*. Coordenação da trad: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001), que trazem a Análise do Discurso como uma forma política e ideológica de fato, e a de Jacques Lacan¹⁰⁶, que mistura linguística e psicanálise, sendo o discurso algo inerente ao sujeito, algo capaz de captar o inconsciente. Esse trabalho não tem como objetivo fazer uma análise linguística detalhada sobre as obras, a questão discursiva veio à tona apenas para auxiliar na investigação por trás dos textos cronísticos utilizados.

Durante o período em que as obras aqui estudadas foram concebidas, Portugal estava sob o domínio espanhol e tinha Felipe II da Espanha como monarca. Após um período de crise sucessória, como já foi comentado anteriormente nesse trabalho, os

¹⁰⁴ PÊCHEUX, 1990, p. 8

¹⁰⁵ GREGOLIN, 1995, p. 17

¹⁰⁶ LACAN, J. (1953). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1988.

Habsburgos assumiram o poder do país lusitano, tornando Portugal uma espécie de extensão da Espanha.

Portugal havia conquistado diversos territórios por todas as partes do mundo e sem dúvidas a monarquia que conquistasse o reino português teria seus recursos e seus poderes internacionais ampliados de maneira significativa e isso era exatamente o que queriam os Habsburgos hispânicos¹⁰⁷. Aliás, foi precisamente num desses cenários internacionais, que o rei D. Sebastião morreu e se abriu uma crise sucessória que conduziu ao trono de Portugal o rei de Espanha. Após ser coroado rei em 1581, Felipe voltou para a Espanha e deixou um representante de sua confiança para o representar em terras portuguesas, o Duque de Alba, evitando assim intervir de maneira excessiva na política lusitana¹⁰⁸.

Os portugueses aceitaram de maneira pacífica a integração com Espanha. Uma explicação plausível para isso é o fato da presença de D. Felipe nas Cortes de Tomar em 1581 dever ser encarada como um ato de conciliação, pois isso significava que o novo monarca estava disposto a ouvir e a se comunicar de maneira controlada com os governadores dos estados do reino¹⁰⁹. Ademais também reforçava a ideia de não se tratar de uma conquista territorial e sim uma união dinástica¹¹⁰.

Mesmo evitando ao máximo intervir na política portuguesa e apesar de Portugal permanecer um país autônomo juridicamente¹¹¹, as alianças entre o país e governos internacionais só se concluíam se favorecessem Espanha. O que acabou gerando um desconforto com a população menos abastada – já que a nobreza se mantinha ao lado do rei castelhano – fazendo com que Prior de Crato se aproveitasse da situação e tentasse convencer o povo de que ele era o verdadeiro herdeiro ao trono português¹¹². Fato que não aconteceu e D. Felipe II seguiu seu reinado até sua morte em 1598.

¹⁰⁷ BOUZA, 2005, p. 41.

¹⁰⁸ BOUZA, 2005, p.41.

¹⁰⁹ BOUZA, 1999, pp. 22 e segs.

¹¹⁰ CARDIM, 2001, p. 279.

¹¹¹ SILVA, 2000, p. 248.

¹¹² SILVA, 2000, p. 250.

Como já foi dito no capítulo anterior, D. Felipe II nutria uma paixão pelas artes, fossem elas música, arquitetura, pintura e literatura, o que acabou reforçando a aliança entre Portugal e Castela em relação às suas obras escritas¹¹³. Dessa relação do rei com as artes e com as letras se beneficiaram diversos autores que tiveram obras encomendadas pelo monarca Habsburgo, dentre eles Duarte Nunes de Leão e Fr. Jerónimo Román.

O fato de ambas as crônicas analisadas nesse trabalho terem sido encomendadas pelo então rei de Portugal, D. Filipe II de Espanha, é talvez a circunstância que proporciona a maior semelhança entre elas. O que quer dizer que tanto Duarte Nunes de Leão quanto Fr. Jerónimo Román escreveriam seus textos tendo como pano de fundo a intencionalidade política do rei, ou seja, visando a popularidade de D. Filipe junto à população portuguesa e a legitimidade no meio cortesão e político. Se assim não fosse, nunca teriam a aceitação das obras, já que resultavam da encomenda régia.

Se a língua é poder, a escrita é o que torna esse poder permanente, e que faz com que o rei esteja presente por toda parte, junto daqueles que conhecem as letras e que são capazes de passar sua palavra adiante. Em segunda instância, não podemos esquecer aqueles que, mesmo não sabendo ler, tomavam conhecimento desses textos por via da oralidade. Os cronistas usavam desse fato para aumentar a popularidade do monarca, mas de maneira sutil e discreta, sem, por vezes, deixar transparecer sua verdadeira intenção por trás da obra.

De acordo com os princípios que norteiam a Análise do Discurso todo o discurso tem uma intencionalidade ideológica, e é a partir dessa ideia que se acredita que as obras encomendadas pelo rei sejam de cunho político e um meio de se tornar popular entre seus súditos. Partindo desse pressuposto podemos perceber maneiras subtis de validar a ascensão do castelhano ao trono português, como por exemplo sempre citar algum parentesco entre os reis portugueses com a monarquia de Castela, como podemos ver nos exemplos a seguir:

¹¹³ CARDIM, 2001, p. 297.

“[...] Henrique o qual em sua chronica que sereueo na lingoa Latina, tratando del Rei Do. Afonso. VI. de Castella, diz, que casou sua filha Dona Tareja com Henrique natural de Besançon primo coirmao de Raymundo, que foi pai de Dom Afonso, que se chamou Emperador das Hespanhas.”¹¹⁴.

Logo na crônica sobre o Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, o cronista já inicia a retórica discursiva contando a linhagem da mãe do futuro rei de Portugal, sendo ela uma princesa de Leão e Castela. O autor faz inúmeras menções a Castela. Sendo elas pertinentes ou não, ele faz questão de apresentar o parentesco dos reis com os castelhanos em todas as crônicas que compõem o livro. O exemplo que se segue, retirado da crônica do Rei D. Afonso III, ilustra este objetivo:

“Correndo o anno de M.CCXLVIII. que foi o segundo do reinado del Rei Dom Afonso, el Rei Dom - Fernando o.III. de Castella & Liao seu primo coirmão [...]”¹¹⁵.

E assim segue em todo o texto. O autor vai “manipulando” o leitor de formas sutis, mas assertivas para que o objetivo final seja alcançado. Segundo Saussure¹¹⁶ existe um critério diferencial para definir o signo linguístico e através desse conseguir analisar o texto. Não entraremos em detalhes sobre a teoria saussuriana, pois não é o objetivo desse trabalho. A linguística apenas nos ajuda compreender as intenções dos autores por trás de suas obras e, este sim, é um exercício com interesse para a história.

Jerónimo Román pode ter deixado escapar algumas informações ao analisar documentos em português, uma vez que a sua língua materna era o espanhol. A História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis está escrita em espanhol, o que dificulta a nossa análise a partir de uma teoria linguística, uma vez que não temos conhecimento suficiente da língua espanhola, nem é esse o objetivo da presente dissertação. Porém sabemos que, assim como fez com Duarte Nunes de Leão, o livro

¹¹⁴ LEÃO, 1600, p.6.

¹¹⁵ LEÃO, 1600, p. 94.

¹¹⁶ Curso de Linguística Geral, organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

deste eclesiástico foi encomendado pelo rei D. Felipe, sendo assim evidente uma intenção política subjacente a ambas. O então rei tinha como objetivo aumentar a sua popularidade frente aos portugueses. Tendo isso em mente faz sentido as duas obras terem dado maior visibilidade à Ordem de Cristo e, por consequência à Ordem Templo, em que uma resultou da extinção da outra. A Ordem de Cristo tinha grande influência política e tinha uma identidade profunda com a Coroa desde a sua criação. Havia uma consolidação entre os monarcas lusitanos com o mestrado da ordem, ligação essa que se consolidou de fato com o reinado de D. João III, que foi eleito Mestre da Ordem de Cristo em 1522 quando já era rei de Portugal¹¹⁷. Para Fernanda Olival em seu livro *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*¹¹⁸, o Estado Moderno português tinha as Ordens Religioso-Militares como um pilar e se consolidava em torno de práticas e ideologias de serviço e recompensa e de laços de interdependência e valia somados ao poder da Coroa sob as ordens - Cristo, Santiago e Avis. Logo, as ordens eram imprescindíveis para os monarcas modernos:

*[...] nenhum príncipe da Cristandade parecia dispensar a tutela do tipo de instituições aqui abordadas, qualquer que fosse a sua origem – fossem Ordens Militares ou de Cavalaria. Quem não as tinha, criava-as. [...] Certamente, as Ordens seriam importantes veículos de poder [...]*¹¹⁹

Voltando a supressão da Ordem do Templo, a Santa Sé confiscaria os seus bens existentes no território português, na sequência da medida que afetava todos o património que os Templários tinham acumulado no quadro da Cristandade. D. Dinis na tentativa de reverter a situação em favor da Coroa portuguesa enviou dois homens, João Lourenço e a Pedro Peres, na qualidade de seus embaixadores, para negociar em seu nome junto ao pontífice João XXII o destino dos bens dos Templários em Portugal e ainda o nome de um administrador para esses bens¹²⁰. A ideia de fundar uma nova

¹¹⁷ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e. *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373? -1417)*. In: FONSECA, Luís Adão da (direção). *As Ordens Militares do Reinado de D. João I*. *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1. Porto: Fundação Eng. António Almeida, 1997. p. 47

¹¹⁸ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

¹¹⁹ OLIVAL, 2001, p.3.

¹²⁰ SILVA, 2011, p. 11

ordem que herdaria todo o patrimônio templário dentro das fronteiras portuguesas teve apoio do Papa e em 14 de março de 1319 foi publicada a bula *Ad Ea Ex Quibus Cultus Angestur Divina*¹²¹, onde reconhecia que a Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo herdaria todos os bens da antiga Ordem do Templo em Portugal. Com isso a Coroa passou a ter poder dentro da nova milícia. Se antes a ordem apenas prestava serviço ao rei, agora o rei teria domínio – junto com a Igreja – dentro da instituição¹²². Poder exercer o poder monárquico sobre uma Ordem Religioso-Militar era algo extremamente importante no que tange ao ato de governar. As ordens detinham um grande patrimônio dentro do reino, um forte exército em caso de assuntos de defesa e de conquistas, além de um contato mais próximo com a Igreja. Tudo isso faria do rei um homem com grandes poderes e influências. Logo D. Felipe tinha um grande interesse em exercer o poder real dentro da milícia portuguesa.

Era necessário que o Rei D. Felipe tivesse prestígio junto aos nobres e à Igreja para que conseguisse controlar as instituições acima mencionadas e com isso aumentar significativamente seu poder, uma vez que elas eram parte importante do Estado, devido ao seu prestígio, poder e riquezas. Há quem pense que a obra de Román era um prelúdio para uma reforma dentro das Ordens portuguesas devido as fontes usadas pelo autor¹²³ que acabariam levando a crer que existia uma intenção de aumentar o poder monárquico dentro das Ordens, poder esse que seria parecido com o poder exercido dentro das ordens espanholas.

Ao dedicar um livro completo à história da Ordem de Avis, ordem sendo esta uma ordem derivada da Ordem de Calatrava, uma ordem castelhano-leonesa, Román deixa claro a intencionalidade de uma política filipina por trás de sua obra. O mesmo pode-se dizer ao dedicar um capítulo dentro do livro de Avis¹²⁴ à história do Mestre João. Mestre esse que viria a ser o futuro rei de Portugal, D. João I. Nada mais político do que enaltecer uma obra ou algo da terra, algo que a população se orgulhe. Esta

¹²¹ *MONUMENTA HENRICINA*, 1960: 97 - 110.

¹²² SILVA, 2011, pp. 14 – 16

¹²³ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, p.17

¹²⁴ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, 2008, pp. 250 – 253. Capítulo 8 do livro de Avis.

tática foi usada por governantes de todas as épocas e de todos os lugares para ganharem a confiança e o coração do público.

Em relação às fontes históricas usadas pelos autores nas crônicas, é certo dizer que essas são de profunda importância para que o trabalho tenha a credibilidade e o prestígio desejado. Sendo assim, era necessário investigar e pesquisar nos mais diversos arquivos, mosteiros e bibliotecas, obras que servissem de base para o que seria dito ali. O próprio Duarte Nunes de Leão serviu de base para fundamentar os fatos escritos por Román. Como a obra de Nunes de Leão remota a 1600, acredita-se que o espanhol tenha tido acesso ao manuscrito da obra do autor português¹²⁵.

O religioso Fr. Jerónimo Román era um homem de arquivos¹²⁶, procurava documentar e apresentar suas fontes em sua obra, assim dava credibilidade àquilo que se propunha escrever, além de evitar cometer gafes em relação a algum acontecimento ou personagem histórico. O mesmo não poder ser dito de Duarte Nunes de Leão, que em relação a esta matéria apresenta algumas diferenças.

Não é que Leão não apresentasse documentação nenhuma para fundamentar as suas ideias. Ele menciona cartas e testamentos para provar suas informações. Por sua vez, Román apenas ilumina melhor e acaba por noticiar com um pouco mais de precisão os fatos. Esta diferença compreende-se pela centralidade que as instituições em apreço têm nesta última obra. Embora Duarte Nunes de Leão não assente o seu texto na cópia de documentos, podemos ter em conta, como exemplos de cartas e testamentos apresentados por Leão em sua obra, a carta¹²⁷ do rei de Portugal D. Afonso III ao seu genro, o rei de Castela, e o testamento¹²⁸ do rei D. Dinis.

O contrário pode ser visto em a *Orthographia da Lingoa Portvgvesa* de 1606. Nessa obra o autor documenta todas as suas teorias e apresenta uma grande inovação dentre da gramática da língua portuguesa. Tal livro veio em um momento em que o

¹²⁵ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Militarium Ordinum Analecta, vol. 10, 2008, p. 12

¹²⁶ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Militarium Ordinum Analecta, vol. 10, 2008, p. 12.

¹²⁷ LEÃO, 1600, p. 142.

¹²⁸ LEÃO, 1600, p. 134.

português estava sendo ameaçado pelo castelhano, uma vez que o reino estava sob o domínio de Castela e os escritores passavam a adotar a língua do rei em seus escritos¹²⁹. Essa obra vem como um ato de resistência em relação a cultura portuguesa e uma forma de consolidar a identidade nacional. Nesse período, a linguística estava muito longe de ser o que é hoje, uma grande e respeitada área das humanidades, e Leão escreveu sobre a língua portuguesa e sua filologia de maneira tão apaixonante e competente que essa obra é hoje um marco, ou seja, uma das mais importantes obras precursoras da pesquisa em linguística comparada e da etimologia da língua portuguesa¹³⁰. Mesmo se tratando de uma obra que visava a identidade portuguesa, Leão faz um agradecimento ao rei D. Felipe II em seus escritos sobre a língua.

Na crônica régia analisada nesse trabalho, Leão não se preocupa em ser tão fiel aos fatos e datas quanto Román o faz em sua escrita. Um dos erros mais graves cometidos por Leão é em relação à data de extinção da Ordem do Templo. O autor afirma ter sido em 1310¹³¹, enquanto de fato aconteceu em 1312. Não se sabe ao certo a intenção do autor por trás dos erros com as datas, se são propositais ou se são por falta de atenção. A verdade é que ao que parece, ao ler a obra é que o cronista não se prende às datas ou mesmo aos fatos, o que ele quer é passar a informação e acaba fazendo isso com enfoque na árvore genealógica da realeza portuguesa. Afinal é isso que legitima um castelhano sentado no trono português.

Pelo fato de as Crônicas dos Reis de Portugal não constituírem uma crônica de intuito militar ou mesmo uma crônica sobre as Ordens Militares, é fácil compreender alguns erros cometidos pelo autor em relação aos eventos militares em geral, sejam em relação a datas ou aos acontecimentos. Mas o mesmo acontece com o texto de Jerónimo Román. É evidente que essa obra abrange muito mais detalhes e nos traz muito mais informações sobre as Ordens Religioso-Militares, uma vez que se foca exclusivamente nestas instituições. Porém em diversos momentos a leitura se faz confusa, as datas se perdem em meio a um pequeno caos que o autor acaba por conseguir contornar. Os dois autores orientam-se pelos princípios próprios da

¹²⁹ PALMA; BASTOS, 2017, p.41.

¹³⁰ ASSUNÇÃO et al, 2019, p. 19.

¹³¹ LEÃO, 1600, p. 132.

cronística, e em particular dos da cronística régia, e não pelas preocupações metodológicas e de rigor com base documental que a partir do séc. XIX dariam um cunho científico ao discurso historiográfico

A diferença entre as modalidades cronísticas presentes nas duas obras em análise é indiscutível. Enquanto uma se propõe a falar única e exclusivamente sobre as Ordens Religioso-Militares, a outra aborda um reinado na sua transversalidade, não se restringindo a um assunto apenas; afinal para contar a vida e a obra de um monarca é necessário transitar pelos mais diversos assuntos. É interessante ver como os dois autores contemporâneos, onde um acaba por servir de fonte para a escrita do outro, se comportam de maneira tão diferente ao falar sobre as Ordens Militares.

Tirando o fator óbvio de uma obra ser uma crônica régia e de a outra se dedicar em exclusividade às Ordens Religioso-Militares, os dois textos tratam as ordens de maneira muito diferentes. Nas primeiras “chronicas” – como é dividido o livro de Leão – o autor traz mais informações sobre as ordens em geral, menciona a criação de uma “santa milícia” que teria como finalidade defender a Terra Santa dos infiéis e continua apresentando principalmente a Ordem do Templo e a Ordem do Hospital nos primeiros reis. Ali ele abre um leque de informações sobre essas duas ordens, que ao ver do leitor isso poderia continuar. É apresentado como elas foram criadas, os hábitos escolhidos que serviriam de uniformes, quem foi responsável por escolhe-los e claro o motivo e o local de criação de cada uma dessas milícias religiosas¹³². Abaixo veremos trechos que confirmam o desenvolvimento das Ordens do Templo e do Hospital como as ordens com maiores informações dentro da obra – até mais a frente chegarmos à Ordem de Avis.

Os trechos a seguir remontam às informações sobre as ordens do Templo e do Hospital respetivamente.

“Andando pois o tempo em que se vio a vtilidade, que aos Christãos vinha de seu amparo & defensão, & sêdo ja muito sem numero, lhes foi assinado por pousada & recolhimento hum certo lugar no santo templo do sepulchro de nosso Senhor

¹³² LEÃO, 1600, pp. 30 – 31.

per permisTao do Abbade dele, donde lhes veo o nome de Templarios, ou caualleiros do templo. [...] E o Papa Henorio.II.aa instancia de Stephano Patriarcha de Ierusalem, por elles terem feito voto de castidade & viuerem em irmandade & congregação, lhes deu regra & ordem de vida, ordenada per Sam Bernardo com habito brãco, a que Eugcnio.III. acreseentou hũa Cruz vermelha, que trouxessem nos peitos.”¹³³.

“Per este mesmo tempo & quasi pelos mesmos meos teue principio a ordem do hospital de Sam loam de Ierusalē [...] E este Abbade & monges da hi a pouco tēpo edificarão hũa cappella & hospital para cura & recolhimento dos peregrinos, da inuocação de Sam loam Baptista [...] o Papa Honorio. II. lhes ordenou regra de viuer, & lha confirmou debaxo da ordem de sancto Agostinho, dando lhes habito negro, & Cruz branca, com voto de castidade, pobreza, & obediência, & de pelejarem contra infiéis por a religião Chriftaã.”¹³⁴.

Leão apresenta o Templo e o Hospital como as primeiras Ordens Militares de cunho religioso, por isso faz sentido que ele faça uma apresentação completa sobre elas aos leitores. Enquanto uma lutava em nome de Deus, a outra servia de acomodação e hospital aos fiéis e ambas tinham o objetivo de defender a Terra Santa dos pagãos e dos que professavam outras religiões.

A Igreja era parte fundamental da sociedade medieval e moderna, logo era de se esperar que qualquer ato político passasse pela religião cristã, afim de ganhar a confiança dos ouvintes, ou nesse caso dos leitores. Isso traz à tona a teoria de Lacan (1998, p. 239) que acredita que o discurso e o inconsciente estão ligados, ou seja, uma ideologia e o inconsciente são mutualmente influenciados em seus processos de significação ou ressignificação. Com isso o autor pode inconscientemente discursar politicamente, nesse caso, sabendo que a obra é uma forma de aumentar a popularidade do então rei. O autor escreve com esse objetivo e usa as mais diversas artimanhas para conseguir o que deseja. E usar a Igreja e a fé das pessoas é um

¹³³ LEÃO, 1600, p. 30. Fragmentos retirados de um texto sobre a criação da Ordem do Templo.

¹³⁴ LEÃO, 1600, p. 31. Fragmentos retirados de um texto sobre a criação da Ordem do Hospital.

caminho perigoso, mas praticamente certo de conquista, ou seja, se as ordens eram boas para a Igreja e para “Deus”, elas seriam boas para o povo também.

Enquanto escritor, o autor se torna o sujeito da relação, o sujeito tem a capacidade de afetar o pensamento dos demais ou sobre ele mesmo¹³⁵. O autor deve escolher com cautela as palavras para conquistar seus leitores. O inconsciente dos leitores também é um forte personagem em toda essa linha de raciocínio. Uma vez que as palavras passam a fazer sentido para quem está lendo e esse propaga o discurso internalizado, ele está absorvendo e propagando aquilo inconscientemente e acaba por se tornar também “sujeito”.

Pêcheux¹³⁶ e Fairclough¹³⁷ batalham pela definição dado ao sujeito. Por um lado, a intencionalidade que pauta as práticas discursivas, em uma relação dialética entre estrutura e agência humana; por outro, a constituição dos envolvidos enquanto sujeitos, um efeito de uma posição social representada no discurso¹³⁸, ou seja, ao contrário de Lacan, esses autores acreditam que existe uma intencionalidade do sujeito perante o discurso. O que, ainda segundo Iran Ferreira Melo, se assemelha entre as duas teorias, - inconsciente ou não – são os elementos presentes nos sujeitos para implementar suas ideias: a força de persuasão, dominação, hegemonia e a ideologia¹³⁹.

A melhor forma de atingir esse inconsciente é buscar uma ligação em comum entre quem escreve e quem lê. E nesse período a maior e melhor relação era a Igreja e a monarquia. Por isso, pensar que a Igreja aceitava o que quer que fosse fazia com que os fiéis também aceitassem; logo para que D. Felipe II fosse legitimado pelo povo português, ele usou das palavras através de uma crônica régia que em todo momento mostrava que seus antepassados tinham parentescos com os reis portugueses. Ele não estava no trono de forma ilegítima e ainda encomendou uma obra para contar a

¹³⁵ GUIMARÃES, 2016, p. 804.

¹³⁶ Em: PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso* – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. pp. 61 – 161, 1990

¹³⁷ FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenação, tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UnB, 2001.

¹³⁸ MELO, 2009, p.15

¹³⁹ MELO, 2009, p.16

história de três Ordens Militares, principalmente em solo português, ou seja, era uma maneira de exaltar a identidade nacional portuguesa através de suas instituições.

Continuando em relação às Ordens dentro do texto de Leão e como elas serviriam dentro de um texto régio encomendado com um objetivo político, é possível vermos que a maior parte das citações das Ordens se dá afim de caracterizar alguém ou algum lugar. Isso é uma forma de demonstrar a importância da pessoa e assim cria-se um elo entre a Igreja e a monarquia, dois pilares extremamente importantes nas sociedades medievais e modernas. Além do Templo e do Hospital, o cronista também faz questão de explicar a criação da Ordem de Cristo, afinal essa é uma ordem de origem portuguesa. Mais uma vez a ode à identidade nacional se faz presente, uma vez que o autor detalha a obra e a trata como uma conquista da coroa portuguesa.

“E q sua tenção era, fundar nelle hũa noua milicia & religião de caualleiros de IESV CHRISTO, que pelejas sem por sua feé. E que elle lhes daua aquella vila, & fortaleza, para o que sua Sançtidade deuia querer applicar os bẽes dos Tẽplarios. Pareceo ao Papa mui bẽ a tenção del Rei, & lho concedeo. Polo que aa noua ordem dc Christo aplicou todolos bẽes daquella ordem extinçta, &. q̄ os freires fizessem sua profissõ pelos stacutos & regra da ordcm de Calatraua, & o Abbade de Alcobaca os visitasse.”¹⁴⁰.

Tendo em mente relação escrita – política e escrita/leitura – inconsciente, é possível perceber que Román usa dos mesmos caminhos para “manipular” o leitor. Primeiramente ele traz o patriotismo, por assim dizer, ao dedicar mais da metade de sua obra à Ordem de Cristo, uma vez que se tratava da única Ordem com origem portuguesa e com uma grande dependência face à monarquia. Ali ele disserta sobre todos os detalhes de sua fundação, suas regras, seus mestres, entre outros aspetos determinantes da sua caracterização e percurso histórico. Enquanto as outras duas ordens, Santiago e Avis, ficam em segundo plano. É evidente essa “preferência” pela Ordem Cristo, uma vez que essa tem dois livros dedicados a ela, enquanto as outras duas têm apenas um cada.

¹⁴⁰ LEÃO, 1600, p. 132.

Santiago caracteriza-se pela relação com Castela, por via do vínculo com a casa conventual estabelecido nos seus primórdios, que é outro fator importante de legitimação do rei castelhano. Sendo assim é importante se ater a alguns fatos sobre a ordem castelhana afim de reafirmar um objetivo. A relação da distribuição de cada assunto se dá como na tabela abaixo:

História de Cristo	História de Santiago	História de Avis
Fim da Ordem do Templo. Riquezas e Mestres da Ordem do Templo em Portugal.	Fundação da Ordem em Castela	
Fundação da Ordem de Cristo, organização e estatutos.	Fundação da Ordem em Portugal	Fundação da Ordem
Hábito e insígnias		Hábito e insígnias
Convento de Tomar, arquivo	Convento em Portugal	
Mestres	Mestres	Mestres
	Comendadores-mores	Comendadores-mores
	Priores-mores	Priores-mores
Capítulos Gerais	Capítulos-gerais	Capítulos-gerais
Comendas	Comendas	Comendas
Regra		

Tabela 4: Organização temática feita por Fr. Jerónimo Román

Fonte: *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Luís Adão da Fonseca (ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 10. Porto: CEPESE/Civilização Editora, 2008.

A análise Lacaniana¹⁴¹ vai muito além do que foi dito em parágrafos anteriores. Esse é um recorte mínimo de uma questão linguística e psicanalista que nos ajuda a entender o modo como um discurso pode afetar toda uma sociedade de maneira inconsciente por parte dos leitores e de maneira “programada” por parte de quem discursa.

¹⁴¹ LACAN, 1998b, pp. 496-538.

Todo o mecanismo de persuasão de Román era pautado por documentos que pudessem dar os devidos créditos à sua obra. Ou seja, se existe documentação que prove tudo aquilo que o autor escreve, significa que não existem motivos para duvidar de suas palavras. Isso torna Román um “sujeito consciente”. Ele sabe como métodos que convençam os leitores de que o que ele escreve é de fato o correto. Ele é o dono do discurso e o faz de maneira consciente. Abaixo é possível vermos um fragmento em que o religioso apresenta sua fonte, o arquivo de Tomar nesse caso, e ainda detalha as formas de pesquisa dentro desse arquivo.

Digo pues que el archivo de Thomar esta en la claustra de la portaria interior en lo alto no es grande la pieça mas es fuerte i sigura. Tiene siete caxones y un grande armario adonde estan todos los privilegios originales de la Orden del Temple y de Cristo a quien sucedio (fl. 76) aqui estan las escripturas assy del convento como de toda la relegion de manera que todo lo que se puede desear de curiosidad en el proposito se allara aquy pero lo que aqui ay que notar es que tiene dos tomos o libros de pergamino devedidos en dos tomos y cada tomo tiene dos partes¹⁴².

Mas qual o motivo político por trás dessa obra? De fato, é muito difícil provar de maneira exata o motivo real que está subjacente a este livro, uma vez que não se encontram documentos para tal. Mas é possível pensarmos na influência que pode ter tido uma reforma política dentro das milícias portuguesas.

É notório que as Ordens Religioso-Militares detinham uma grande influência em terras lusitanas, além de um patrimônio expressivo. Logo era de interesse da coroa ter uma relação próxima com essas instituições. Até então isso acontecia, uma vez que as ordens portuguesas tinham que reportar ao rei de Portugal, elas eram autônomas¹⁴³ dentro do território português. à partida, esta circunstância parecia não sofrer grandes alterações, uma vez que Felipe I assinou um documento¹⁴⁴ onde concordava em manter o modelo governativo português, e ainda prometeu não interferir de maneira

¹⁴² *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Militarium Ordinum Analecta, vol. 10, 2008, p. 91.

¹⁴³ OLIVEIRA, 1956, p. 59.

¹⁴⁴ CARDIM, s/n, p. 279.

abusiva na política lusitana. Mas, ao mesmo tempo, era de interesse do governo castelhano integrar as ordens no seu modelo monárquico, assim como acontecia com as ordens em Espanha¹⁴⁵, e a partir daí exercer algum controle sobre elas e por ventura obter um maior poder político sobre Portugal.

Podemos pensar que a obra *Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* esteja a favor desse ideal filipino, afinal há documentos de tentativas de alterações nos Estatutos das ordens já no final do século XVI, além de uma reforma política de concessão de hábitos¹⁴⁶.

Levando em consideração esse desejo espanhol sobre as ordens portuguesas, podemos julgar que a estadia de Román em Tomar a partir de 1581 não tenha sido coincidência ou acaso. Tudo já fazia parte de um planeamento para que essa obra fosse escrita de modo a ajudar o rei espanhol em seu futuro governo.

Ao nosso ver, ao se dedicar à Ordem de Cristo de maneira mais incisiva, o autor demonstra um respeito e uma exaltação da cultura e do governo português. É uma forma de demonstrar respeito do povo espanhol a Portugal. Logo depois traz a Ordem de Santiago, uma ordem castelhana que detinha muitos territórios em Portugal e que por mais que fosse de origem espanhola, essa, assim como todas as ordens militares presente no reino português, era independente de sua sede conventual original. Logo, demonstrar como uma Ordem da Espanha se adaptou às regras e ao governo português mostra que seria possível isso acontecer com uma monarquia estrangeira no comando das instituições portuguesas. Já na parte final da obra, o autor apresenta a Ordem de Avis. Ordem essa que deu nome a uma dinastia em Portugal, quando o seu então Mestre João assumiu o trono tornando-se D. João I. Além desse referido episódio é certo dizer que Avis sempre teve uma relação com a monarquia portuguesa, tanto que em 1303 o então rei D. Dinis fez uma doação a ordem como agradecimento pelos serviços prestados a corte¹⁴⁷.

¹⁴⁵ RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio. Órdenes Militares, administración y Corona en la época de los Austrias. In *Las Órdenes militares en la Península Ibérica* (coord. LÓPEZ-SALAZAR PÉREZ, Jerónimo), volume 2, p. 1703-1717

¹⁴⁶ SERRÃO, 1990, pp. 292-298

¹⁴⁷ CUNHA, 2014, pp.118-119

A dependência da Ordem de Avis com a monarquia era algo extremamente interessante para a coroa espanhola. Tanto Cristo quanto Avis seriam facilmente manipuladas, uma vez que respondiam ao próprio rei de Portugal, logo Felipe II poderia instaurar a união das ordens portuguesas às ordens espanholas sem problemas legais, uma vez que o rei era quem estava à frente dessas instituições.

Outra característica que tornava a Ordem de Avis interessante para a coroa espanhola, era o fato dessa instituição ter um grande elo com a Ordem de Calatrava. Avis era filiada a Calatrava, pois embora a instituição possuísse bens suficientes para se manter e interferir na defesa e na expansão de território, ela necessitava de uma regra que fosse aprovada pela Santa Sé¹⁴⁸. Para evitar problemas com Roma que dificultava a criação de novos estatutos, os monges portugueses adotaram a regra beneditina de Calatrava. Além de receber a aprovação da Igreja, Avis teria os mesmos privilégios¹⁴⁹ mas, por outro lado, teria de prestar contas¹⁵⁰ à ordem espanhola¹⁵¹. Um símbolo importante que demonstrava a irmandade entre as duas ordens eram as cruces de ambas. Avis adotou uma cruz semelhante à cruz de Calatrava, com as pontas terminando em flores de lis, mas em verde. A flor de lis foi integrada a bandeira de Portugal junto com outros elementos¹⁵².

A reprodução das imagens que se seguem mostra a semelhança entre as duas cruces:

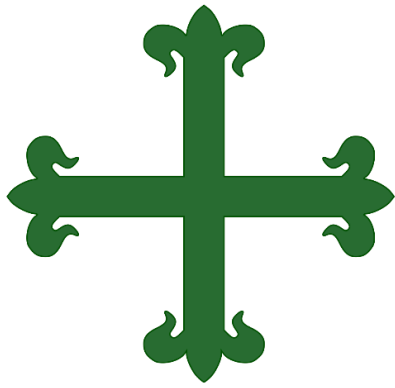
¹⁴⁸ CUNHA, 2014, p. 119.

¹⁴⁹ Liberdade, imunidade e indulgências (OLIVEIRA, p.60).

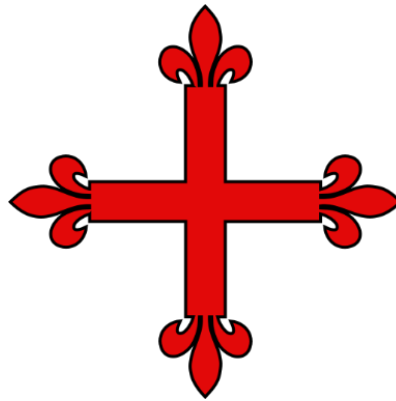
¹⁵⁰ A Ordem de Avis seria monitorada pelos Mestres de Calatrava, e esses teriam poder de voto na escolha dos Mestres da ordem portuguesa e vice-versa (OLIVEIRA, p.60).

¹⁵¹ OLIVEIRA, 1956, p. 59.

¹⁵² CASQUILHO, 2008, p. 16.



Cruz de Avis



Cruz de Calatrava

Convencendo a nobreza, principalmente, de que essas ordens seriam mais fortes unidas e que o único meio para tal era a unificação ibérica entre as Ordens Religioso-Militares, o poder do rei espanhol em Portugal aumentaria de maneira que esse pudesse vir a reinar de fato, ou seja, intervir nos assuntos políticos do país. E é isso que Jerónimo Román tenta fazer com sua obra. Persuadir o leitor a aceitar e ainda, acatar a ideia como algo positivo para eles próprios; trata-se do objetivo de um escritor que tem a política como finalidade.

Para chegar ao resultado pretendido pela obra, o cronista teve que estudar a história de Portugal para que pudesse falar com propriedade das milícias através dos anos dentro do território português e como elas se comportavam perante a coroa e vice-versa. Para isso ele usa a obra de Duarte Nunes de Leão¹⁵³ como referência para a composição de sua obra. É aqui que os dois mundos literários estudados nesse trabalho se cruzam. A obra de Leão serve para educar Román sobre a história de Portugal, assim como dar o tom de uma obra política encomendada. Não é só na obra de Duarte Nunes de Leão que o cronista espanhol faz sua pesquisa, ele também se

¹⁵³ LEÃO, Duarte Nunes de. *Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1600.

refere aos livros de Pedro Álvares Seco¹⁵⁴, aos arquivos de Tomar¹⁵⁵, de Avis¹⁵⁶, de Palmela¹⁵⁷ e a Torre do Tombo¹⁵⁸.

Enquanto as *Chronicas dos Reis de Portugal* têm o objetivo de legitimar o rei espanhol, demonstrar aos leitores que aquele trono é dele por direito, as *Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* concorrem para que a ideia de uma unificação ibérica entre as Ordens Religioso-Militares seja vista com bons olhos pelos portugueses e com isso aumentar o poder da coroa espanhola sobre o território lusitano.

Tais ideias apresentadas têm como base a Análise do Discurso, logo é evidente que os símbolos e os significados usados para analisar o texto são subjetivos. Afinal a Análise do Discurso é uma teoria com intuito de desvendar os mais diferentes discursos políticos, analisando seus detalhes baseando-se na história e na sociedade.

O fato é que ao final da leitura de ambas, fica-se com a convicção de que foram escritas com um intuito político. E enquanto Leão não menciona em momento algum o rei castelhano em sua obra, Román termina o livro dois de Cristo com uma grande referência a D. Felipe II nos três últimos capítulos¹⁵⁹. As *Cronicas dos Reis de Portugal* trabalham com um discurso político disfarçado, sempre trazendo ligações entre os reis portugueses com a coroa de Castela, para deixar claro que existe familiaridade entre os portugueses e os castelhanos, logo isso traz legitimidade ao rei D. Felipe. Román não segue o caminho do discurso com cautela, ele faz questão de afirmar o rei de maneira explícita nos três capítulos mencionados acima, uma diferença enorme entre ambas as crônicas, mas que no fim têm o mesmo objetivo de afirmar e legitimar o rei D. Filipe II da Espanha e o transformar de fato em D. Filipe I de Portugal.

¹⁵⁴ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, pp. 91 – 92.

¹⁵⁵ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, pp. 24, 33 e 91.

¹⁵⁶ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, p. 23.

¹⁵⁷ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, pp. 203 e 205.

¹⁵⁸ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, p. 24.

¹⁵⁹ *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 10, pp. 159 – 190. Capítulos 18, 19 e 20 do segundo livro da Ordem de Cristo.

Não seria ousadia dizer que as obras exercem uma função de complemento entre si. Enquanto Román se dedica exclusivamente às Ordens Militares e como as três, descritas por ele, se comportavam em solo português, Nunes de Leão se dedica ao conhecimento histórico geral para registrar a história dos reis de Portugal. Ou seja, onde a informação de uma é sintética ou até mesmo falha, a outra é completa e pode ser capaz até mesmo de explicar a informação até então incompleta, por assim dizer. Através da leitura de uma pode-se compreender a outra e vice-versa.

Considerações finais

Michel Foucault na sua obra *A Ordem do Discurso* (1996), afirma que todo e qualquer discurso, seja ele oral ou escrito apresenta uma intencionalidade, e ainda para o estudioso, o discurso exerce uma relação de poder dentro da prática social. E é a partir dessa ideia que observamos que as crônicas encomendadas pelo então monarca D. Filipe II da Espanha, I de Portugal, aos cronistas Duarte Nunes de Leão e Fr. Jerónimo Román, exercem uma função de legitimar o rei castelhano e ainda traçar uma amarra invisível de poder entre o rei e as mais diversas classes sociais.

Ambos os cronistas escreveram obras muito diferentes entre si, mesmo que sejam contemporâneos e que tenham realizados os trabalhos a pedido do rei, ou seja, mesmo que a intencionalidade das duas obras fosse, de algum modo, dar resposta ao mesmo rei, não significa que elas trariam a mesma perspectiva sobre determinado tema. Enquanto Nunes de Leão constrói uma crônica régia, contando a história dos reis de Portugal e com isso acaba também por narrar a história do reino lusitano, Jerónimo Román traz a história específica de três Ordens Religioso-Militares (Cristo, Santiago e Avis) como tema central de seu livro.

Para Leão, as Ordens Militares serviram como uma maneira de caracterizar algo ou alguém. Por vezes ele acaba aprofundando um pouco mais a informação sobre uma ordem ou outra, como faz com a do Templo e com a de Cristo, mas ainda assim não as elege como temática principal da sua obra. Mas é claro que para ele as Ordens demonstravam grande poder sobre a sociedade e mesmo sobre a monarquia.

Na *História da ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* (2008), Jerónimo Román apresenta a história das três Ordens que dão nome a obra, desde sua formação. Ele faz questão de provar tudo que é dito em sua escrita, apresentando documentos sobre os fatos apontados. Leão, por sua vez, não se importa tanto em documentar sua obra e não se apresenta como um homem de arquivo como faz Román.

O fato é que ambas as obras apresentam suas perspectivas sobre as Ordens Religioso-Militares e, como já foi dito, nenhuma dessas abordagens são feitas de maneira semelhante. Enquanto a crônica régia foca-se nos reis, como o próprio nome

sugere – *Crônicas dos Reis de Portugal* (1600) – o cronista espanhol aborda as ordens como tema principal, trazendo a história da monarquia portuguesa em segundo plano. Afinal para realizar um trabalho completo sobre as milícias em solo lusitano era necessário saber sobre a história do reino português.

Como foi mencionado acima, ambas as crônicas resultaram de um pedido do então rei D. Filipe II da Espanha, ou Filipe I de Portugal. Com a crise sucessória após a morte de D. Sebastião, D. Filipe II que assumiu o trono Português em 1581 precisava firmar seu poder com os portugueses, e com essa intenção encomendou crônicas de diferentes abordagens, afim de aumentar sua popularidade diante do povo português e consequentemente aumentar o poder monárquico dentro do governo lusitano.

Como disse Fernanda Olival em seu texto livro *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)* (2001), as Ordens Militares exerciam um importante papel junto ao Estado Moderno, elas eram um pilar desse Estado e era extremamente importante e vantajoso que o rei tivesse poder dentro delas. Logo era de grande importância as terem como aliadas dentro do reino para que pudesse governar com mais liberdade.

Para analisar as duas obras foi usada a perspectiva da Análise do Discurso, uma vertente da área da linguística que teve o discurso político como principal incentivador para sua criação. E através desse viés linguístico, conseguimos analisar as duas obras e como elas tratam as Ordens Militares como instituições de poder e relevância para o reino. Em as *Crônicas dos Reis de Portugal* as Ordens são tratadas como adjetivos e mostram a influência e a importância daqueles que possuíam vínculos com as milícias religiosas e como essas Ordens eram importantes na construção do Estado. A importância na construção do Estado também se dá na obra de Román, porém ele entra mais a fundo nas raízes das ordens e como elas se estabeleceram e se tornaram tão poderosas quanto se apresentavam naquele momento.

Para olharmos os discursos como políticos trouxe um pouco das ideias de Michel Foucault¹⁶⁰, Michel Pêcheux¹⁶¹, Norman Fairclough¹⁶² e Jacques Lacan¹⁶³. Todos esses tinham uma perspectiva ao mesmo tempo diferentes e similares sobre o discurso e como ele se dava através dos indivíduos, fosse de forma proposital para gerar uma ideologia ou mesmo uma manipulação no leitor e fosse de forma inconsciente entre escritor e leitor.

Enquanto Leão faz questão de não demonstrar intencionalidade em seu discurso, Román não compartilha dessa mesma forma de escrita. Ele dedica três capítulos dentro do livro de Cristo para falar sobre o monarca, enquanto Nunes de Leão se reserva e apresenta outras formas de legitimar o então rei, trazendo sempre a linhagem castelhana em voga quando apresenta a genealogia dos monarcas portugueses. Ou seja, era legítimo o direito ao trono, uma vez que Portugal e Castela sempre tiveram diretamente ligados pelo sangue.

A priori podemos pensar que as duas crônicas não se conectam, mas podemos dizer exatamente ao contrário, ambas se completam. Ao tratarem de assuntos distintos como principais temas acabam por trazer informações complementares uma para a outra. Enquanto uma peca ou acontece de não informar de maneira completa ou mesmo correta, a outra obra se faz presente para sanar a dúvida que possa haver.

No fim, as duas obras tinham o mesmo objetivo de legitimar D. Filipe II e por isso o discurso se torna político, mas ambas são fontes importantíssimas dentro da historiografia lusitana e devem ser preservadas e estudadas para conhecermos mais sobre a sociedade medieval ibérica.

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*; Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. — 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹⁶¹ PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique de discours*. Paris: Dunot, 1969.

¹⁶² FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

¹⁶³ LACAN, Jacques. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1988.

_____, Jacques. *Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. In: HAK, T. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Referências Bibliográficas

ANTÓNIO, Nicolas. *Bibliotheca Hispana Nova: Sive Hispanorum Scriptorum Qui Ab Anno MD. Ad MDCLXXXIV. Floruere Notitia*. Vol. 2. Matriti, J. de Ibarra, 1788.

ASSUNÇÃO, Carlos [et al.]. *A Ortographia da Lingoa Portvgvesa (1576) de Duarte Nunes de Leão: Estudo Introdutório e Edição*. Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2019. ISBN 978-989-704-388-8.

BELLINI, Ligia. *Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI*, 1997. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf acesso em: 06/082021

BOUZA, Fernando. *D. Filipe I. Reis de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CARDIM, Pedro. *Políticas identidades corporativas no Portugal de Filipe I*. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* / coord. Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia. - Porto: Faculdade de Letras, D.L. 2001. ISBN 972-9350-59-0.

CASQUILHO, José Pinto. *A metamorfose das armas do rei de Portugal na dinastia de Avis*. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294086031_A_metamorfose_das_armas_do_rei_de_Portugal_na_dinastia_de_Avis acesso em: 16/09/2021

COSTA, Paula Pinto. *Templários em Portugal: Homens de Religião e de Guerra*. 2ºed. Lisboa: Manuscrito, 2020. ISBN 978-989-8975-31-7.

DICIONÁRIO DA LITERATURA MEDIEVAL GALEGA E PORTUGUESA. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e. *A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis*. Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol. 12 (1995), p. 113-124, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/8103>.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FERNANDES, Isabel Cristina F. *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*. Porto, 2002. Dissertação de Mestrado.

- _____ Isabel Cristina F. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Edições Colibri, 2005. ISBN 9789727725281
- FIORIN**, J. L. Tendências da análise do discurso. *Estudos Lingüísticos*, v.19, p.173-9,1990
- FONSECA**, Luís Adão da; **PIMENTA**, Maria Cristina – Introdução. As Crónicas sobre as Ordens Militares Portuguesas de Jerónimo Román. In *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis, por Fr. Jerónimo Román. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 10. Porto: Fundação Eng^o António de Almeida / CEPESE, 2008, pp. 7-20.
- FOUCAULT**, Michel. *A Ordem do Discurso*; Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. — 3^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GAMA**, Orlando. *Duarte Nunes do Leão: Elementos para uma Biografia*. In: GAMA, Orlando; COELHO, António Borges; DAVEAU, Suzanne. Descrição do reino de Portugal / Duarte Nunes do Leão. 3 ed, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 9 – 29, 2002.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA*, vol. 19. Lisboa: Editorial Enciclopédia, s/d.
- GREGOLIN**, Maria do Rosário Valencise. *A Análise do Discurso: conceitos e aplicações*. São Paulo: Alfa, pp. 13 -21, 1995.
- História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis, por Fr. Jerónimo Román. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 10. Porto: Fundação Eng^o António de Almeida / CEPESE, 2008, pp. 21-273.
- LACAN**, Jacques. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1988.
- _____, Jacques. *Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. In: HAK, T. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LEÃO**, Duarte Nunes de. *Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600.
- LEÃO**, Duarte Nunes de (1606). *Origem da Lingoa Portvgvesa, Per Dvarte Nunez de Liao, desembargador da casa da svpplicacao, natvral da inclyta cidade de Evora*, Dirigida a el Rei Dom Philippe o II de Portugal, nosso Senhor, Em Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck. Disponível em: <http://purl.pt/50> consultado em: 10/09/2021

LENCART, Joana. *Pedro Álvares Seco: A retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*. Porto, 2018. Tese de doutorado.

LOPES, Óscar; **SARAIVA**, António José. *História da literatura portuguesa*. 12ª ed. Porto: Porto Editora, 1982.

LOPES, Paulo Catarino. *Introdução: Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Duas centúrias de contactos, continuidades e também redefinição*. In: Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s). IEM – Instituto de Estudos Medievais /CHAM – Centro de Humanidades. Lisboa, 2019 ISBN: 978-989-99567-3-5 (IEM) | 978-989-8492-42-5 (CHAM).

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Offerecida à Augusta Magestade de D. João V Nosso Senhor. Lisboa: Antonio Isodoro da Fonseca, 1741.

MELO, Iran Ferreira de. *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193.

MÉRCURI, Danielle Oliveira. *Sábios e Sagrados: os reis ibéricos e seus cronistas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. ISBN9788579834622

MICHELAN, Kátia Brasilino. *Cronistas Medievais: Ajuntadores de histórias*. História Social, vol 17, 2009.

MONUMENTA HENRICINA. Vol 1, Coimbra, 1960.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

_____. *Portugal in The Sixteenth and Seventeenth Centuries*. e--JPH, Vol 8, N° 2, 2010.

OLIVEIRA, António de. «*Leão (Duarte Nunes de)*», em: Verbo: Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, Volume 11.º, Lisboa: Editorial Verbo, cols. 1601-1603, 1971.

OLIVEIRA, Miguel de. *A Milícia de Évora e a Ordem de Calatrava*. Lusitania Sacra, n. 1, pp. 51-64, 1 jan. 1956.

PALMA, Dieli Vesaro; **BASTOS**, Neusa Barbosa. *As Ideias Linguísticas de Duarte Nunes do Leão: Contribuições à Gramaticografia Portuguesa*, N°53, pp. 35 – 56. Rio de Janeiro, 2017

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique de discours*. Paris: Dunot, 1969.

_____. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.

PINTO, Augusto Cardoso. *Frei Jerónimo Roman e os seus inéditos sobre História Portuguesa*. Separata de Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências. Lisboa, 1932.

POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique. Reis de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio. Órdenes Militares, administración y Corona en la época de los Austrias. In: *Las Órdenes militares en la Península Ibérica* (coord. LÓPEZ-SALAZAR PÉREZ, Jerónimo), volume 2, p. 1703-1717

SAMPAIO, A. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Lisboa: Tipografia da sociedade gráfica editorial, 1929.

SÁNCHEZ FERRA, Anselmo J. *Lo logroñés Jerónimo Román y su obra sobre las Repúblicas del Mundo*. Cuadernos de investigación: História, tomo 10, fasc. 1, 1984
Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81586>.

SANTO AGOSTINHO. *Solilóquios: A Vida Feliz*. Trad: Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1996.

SAUSSURRE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*, organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1580-1640]*, volume 4. Lisboa: Verbo, 1990, p. 292-298.

SILVA, Ademar Luiz da. *O novo Templo português: a formação da Ordem de Cristo – século XIV*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, Julho 2011.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *Filipe II de Espanha, Rei de Portugal (Colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*, vol.2. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

SILVA, Inocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Segundo*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e. *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373? -1417)*. In: FONSECA, Luís Adão da (direção). *As Ordens Militares do Reinado de D. João I*. *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1. Porto: Fundação Eng. António Almeida, 1997. p. 47

TAVANI, Giuseppe; **LANCIANI**, Giulia. (org). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. ISBN: 9789722108713

TEODORO, Leandro Alves. *O Fazer Cronístico no Mosteiro de S. Cruz de Coimbra (século XIV)*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009.

_____. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV*. In: *A Corte de Avis, os cronistas e a escrita da história em Portugal*. pp. 55-86. São Paulo: Editora UNESP, 2012. ISBN 978-85-393-0435-6.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*. Ed. F.M Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.